

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

***O Recente Fechamento de Agências Bancárias na Região
Metropolitana de São Paulo (RMSP): Uma Análise Geográfica***

Christian Oliveira de Souza NUSP: 9380849

Orientador: Professor Dr. Fabio Betioli Contel

São Paulo

2023

Índice

Introdução	3
Capítulo 1. O território brasileiro e o sistema bancário	6
1.1. Do meio natural ao meio técnico-científico informacional	6
1.2. O desenvolvimento da geografia financeira no Brasil	10
1.3. O sistema bancário: evolução recente da topologia bancária	18
Capítulo 2. Uma análise da topologia bancária no Brasil e na RMSP	22
2.1. A evolução recente das agências bancárias no território brasileiro	22
2.2. A evolução recente das agências bancárias na RMSP	27
Capítulo 3. O fechamento das agências bancárias e a ascensão dos canais informacionais	34
3.1. As causas do fechamento das agências segundo a FEBRABAN e a mídia especializada	34
3.2. A evolução recente dos novos canais	39
3.3. As fintechs e os bancos digitais	41
Considerações finais	47
Referências bibliográficas	49

Introdução

A topologia bancária está em processo de constante inovação e reconfiguração, principalmente em função de dois aspectos principais: 1. da expansão de seus fixos geográficos (agências, postos de atendimento, novos canais de prestação de serviços); e 2. dos investimentos que são realizados nos sistemas técnicos que a compõem. Do ponto de vista histórico, o principal canal de comunicação entre os bancos e seus clientes sempre foi a agência bancária. Porém, através da incorporação constante das inovações tecnológicas que as instituições financeiras vêm adotando, outros canais foram introduzidos, e que deram maior capilaridade à ação dos bancos. Podemos citar como principais exemplos a *Internet* e o *Mobile Banking*, que ganham cada vez mais relevância na relação banco-cliente, e fazem as agências bancárias perderem seu protagonismo nesta topologia.

Era através das agências bancárias que os bancos aumentaram seu alcance no atendimento ao público pelo espaço geográfico, articulando e inserindo lugares nas redes financeiras (que por sua vez, são cada vez mais globais e ubíquas). É através delas que os bancos captam depósitos e fazem empréstimos – processo conhecido como “intermediação financeira” –, para além de todos outros tipos de produtos e serviços financeiros que conseguem comercializar através destas redes. Neste contexto, podemos nos perguntar: o que faz uma agência bancária ser instalada – ou fechada – em um determinado ponto do espaço geográfico?

Há uma série de elementos que nos ajudam a entender este processo de difusão das agências. Alexandre, Lima e Canuto (2006), mostram que o grau de dispersão espacial das instituições financeiras é o resultado entre as vantagens e as desvantagens da diversificação geográfica de um determinado território. As chamadas “praças financeiras” – geralmente metrópoles – estão localizadas em regiões com alto grau de desenvolvimento econômico e ambiente propício à atividade financeira. Já Contel (2011), afirma que, no Brasil, os novos sistemas técnicos informacionais e a alteração / liberalização das normas que regulam as atividades financeiras reorganizaram os usos do território nacional por parte dos bancos, e foram um atrativo para grandes empresas financeiras hegemônicas investirem no país.

Neste contexto, várias mudanças importantes se deram recentemente, principalmente em função das políticas públicas de viés neoliberal que foram implantadas no país a partir da década de 1990. Os bancos públicos do sistema bancário brasileiro, por exemplo, são pouco a pouco vendidos para grandes bancos, ou são simplesmente extintos, tirando dos estados da federação o poder de gerir capitais para financiar seus projetos regionais. Outro evento

importante foi a implementação do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), uma complexa rede que organiza os fluxos do sistema financeiro nacional, e que aumenta a racionalidade e a eficiência das empresas financeiras, pois aumentam a velocidade destes fluxos financeiros, tornando as transações praticamente instantâneas. O aprimoramento do SPB tornou também as redes mais seguras, aumentando o número de atores que as utilizam, além da diminuição dos custos relacionados à movimentação dos fluxos financeiros (incrementando a produtividade e eficiência das firmas, tornando-as mais poderosas) (CONTEL, 2009).

Esses fatores tornaram mais complexa a topologia bancária e as operações financeiras realizadas no território nacional. Elas permitiram, por exemplo, a implementação dos chamados Correspondentes Bancários, que podem ser localizados em qualquer parte do território em que haja algum estabelecimento comercial ou de serviços já funcionando, para que ele seja ali instalado. Estes Correspondentes aumentam o alcance geográfico e consequentemente o poder dos agentes que os utilizam, têm baixos custos fixos e variáveis de manutenção e facilitam o acesso da população a serviços bancários, principalmente ao crédito. Como nos mostram Yokomizo, Diniz e Christopoulos (2010) o estudo de caso do Banco Lemon que eles realizaram é bastante significativo para o entendimento da importância dos correspondentes para as instituições bancárias. Este Banco foi criado justamente para não utilizar agências “físicas”, e portanto desde o início de suas atividades realizou fortes investimentos em tecnologia para sua atuação, que se realizava somente através de correspondentes bancários em estabelecimentos de varejo. Através dos correspondentes, oferecia serviços financeiros básicos, como pagamento de contas e posteriormente microcrédito para população de baixa renda.

Podemos afirmar, portanto, que é preciso que exista tanto uma base técnica construída ou atualizada, assim como atividades econômicas excedentárias ocorrendo neste local de instalação dos Correspondentes. No que diz respeito a esta base técnica, podemos lembrar, em primeiro lugar, a necessidade de construção das redes de circulação de todos os tipos (rodoviárias, ferroviárias, terminais de ônibus e trens, ruas, estacionamentos, etc.), para que seja possível e eficiente a ligação material dos lugares. No caso das atividades bancárias, cada vez mais importante do que estas redes para os transportes “materiais” são as redes de transmissão da informação. A atividade financeira, de maneira geral, é extremamente dependente da existência prévia de todas as demais redes-suporte responsáveis pela circulação de informações no espaço nacional (cabos de fibra óptica, redes de internet, comunicações por satélite, etc.).

A inserção de fixos geográficos como os Correspondentes Bancários – para além da já existente rede de agências –, fez com que a capilaridade bancária aumentasse, alcançando pontos do território antes inacessíveis – ou não interessantes – aos bancos. Para a ampliação desta rede, como já mencionado, a inovação tecnológica tem um papel fundamental, já que objetos e sistemas técnicos como os ATMs e Internet e Mobile Banking têm aumentado seu alcance, permitindo a oferta de mais serviços e dispensando a ida “presencial” à agência para a realização de atividades como uma simples consulta de saldo bancário, uma transferência, etc. Tudo isso só foi possível com a incorporação da internet pelo sistema financeiro, que permitiu aos bancos oferecer serviços em outras plataformas, conhecer melhor seus clientes por meio da coleta de dados e oferecer ou criar produtos personalizados antecipadamente (DINIZ e SANTOS, 2006). Esta comodidade faz as agências perderem relevância na topologia bancária.

A revisão bibliográfica que realizamos para esta investigação explica em linhas gerais as estratégias de localização, as normas e a distribuição das agências bancárias no espaço geográfico, porém não encontramos no decorrer da pesquisa livros, teses, textos ou artigos que explicam de forma sistemática o motivo pelo qual as agências bancárias estão fechando contemporaneamente. Para além das leituras mais “teóricas” ou interpretativas realizadas, a pesquisa documental que executamos no site do Banco Central do Brasil – e também em portais eletrônicos especializados em economia – mostram que há um franco processo de diminuição do número de agências que compõem esta topologia. Por esta razão, *esta pesquisa teve como principal objetivo analisar o recente fechamento das agências bancárias nos municípios da Região Metropolitana do Estado de São Paulo (RMSP) entre os anos de 2000 a 2020, sob uma perspectiva geográfica*. A análise buscou mensurar a evolução do número de agências na Região, entender as normas que regulam esta difusão, e assim procurar identificar a razão pela qual os bancos estão fechando suas agências bancárias nesta parcela do território brasileiro.

Capítulo 1. O território brasileiro e o sistema bancário

1.1. Do meio natural ao meio técnico-científico informacional

Para conduzir uma análise acerca da história do território brasileiro, se faz necessário realizar uma contextualização temporal, a fim de possibilitar o estudo da dinamicidade das variáveis espaciais, quanto a sua (a)sincronicidade. Por extensão, é imprescindível identificar quais são as variáveis-chave de cada período, as quais, em um dado espaço de tempo, sirvam como base de um sistema de variáveis, o qual permitirá reconhecer os momentos de mudanças que caracterizam o território, isto é, uma periodização. Cabe ainda, ressaltar que o esforço para se estabelecer uma periodização não é rígido nem lastreado por marcos, e sim por características organizadas que interagem e asseguram o movimento do todo (SANTOS, 2006). Assim, quando as mesmas deixam de se reproduzir ordenadamente, nota-se uma ruptura, a qual representa um novo período.

Ainda na tentativa de se construir uma base de periodização, é importante não só levar em consideração as relações sociais, mas também as técnicas, enquanto formas de regular e construir a vida, por fornecerem instrumentos para uma melhor concretização sobre o objeto geográfico.

Como mostram Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001), a periodização com foco na industrialização de Argemiro Jacob Brum, representante da ala dos economistas e historiadores faz a seguinte divisão: longa fase primário-exportadora (1500/1930); tentativa de desenvolvimento nacional autônomo alicerçado na industrialização via substituição de importações (1930/1964); e desenvolvimento associado dependente (aprofundado em 1964).

Com base na história do território brasileiro, faz-se interessante lançar olhar sobre o trabalho de Caio Prado Jr., quando este faz uma divisão em oito momentos: preliminares (1500/1530); ocupação efetiva (1530/1640), na qual a principal atividade era a agricultura; expansão da colonização (1640/1770), desponta a mineração/Centro-sul, pecuária/Nordeste, a colheita florestal e a colonização do vale amazônico; apogeu da Colônia (1770/1808), ressurgimento da agricultura e desenvolvimento da pecuária no Rio Grande do Sul; liberalismo (1808/1850), surgimento do capitalismo industrial; império escravocrata e florescer da burguesia (1850/1889), evolução agrícola, novo equilíbrio econômico, declínio do trabalho escravo e sua posterior abolição e imigração; república burguesa (1889/1930), subdividida em industrialização e imperialismo; e crise do sistema (SANTOS e SILVEIRA, op. cit).

Ademais, a grande intenção de se procurar construir uma periodização para a história do território brasileiro, remonta a tentativa de constituir o território enquanto agente de fala da nação. Assim, observando a sucessão dos meios geográficos, pode-se depreender que a história do território está ligada à maneira que a sociedade emprega suas técnicas no tempo e no espaço. Segundo Milton Santos (2006), pode-se identificar três tipos de meio geográfico, que correspondem também a três diferentes períodos históricos: meios naturais, meios técnicos e meio técnico científico informacional.

O meio natural ou pré-técnico, remonta ao período no qual a natureza conduzia o ritmo das ações humanas, ou seja, o tempo das ações humanas é ditado pelo tempo lento da natureza. Neste recorte temporal eram poucos os instrumentos artificiais para auxiliar na diminuição do domínio natural. Aos poucos vai se observando as tentativas de se sobrepor a natureza, que na verdade resultavam mais em adaptações ao comando direto ou indireto desta do que em uma técnica propriamente concebida. No Brasil, lançando olhar sobre as populações originárias é possível depreender que a ocupação do solo se deu em conformidade com a oferta de condições naturais.

Já os meios técnicos, que sucedem o meio pré-técnico, começam a ser esboçados quando a partir da inserção de máquinas e de organizações mais complexas, as quais permitiram novos usos do território. De modo, que agora o homem detém técnicas para se determinar frente a natureza impondo seu ritmo e tempo.

Dentro do Brasil, essa sucessão de meios técnicos pode ser compreendida em três momentos: arquipélagos e a mecanização incompleta; circulação mecanizada e a industrialização; e integração de mercados e territórios (SANTOS e SILVEIRA, 2001)

No primeiro momento, houve a formação de zonas comerciais esparsas, para produzir segunda às demandas do exterior. Quanto às aglomerações, elas ocorreram seguindo o aparato de governança, de fiscalização e recolhimento de tributos. Despontam como representantes deste período os engenhos em Recife e Salvador, pois além de representarem os primórdios da mecanização também figuravam como organismos completos, oferecendo comida, ensino e religião aos moradores. Já no Nordeste semi-árido, a sociedade se desenvolveu mais ao redor da pecuária e dos grandes latifúndios. Nesse momento, o processo de interiorização se deu pela exploração da mineração nas regiões de Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso; e pelas fazendas de gado nos sertões do Norte e Nordeste, nas regiões mineradoras das Minas Gerais e nos campos do Sul.

Ainda que, as atividades nas zonas produtivas tenham desenvolvido os primórdios dos sistemas de engenharia por aqui, ainda existiam regiões nas quais ainda havia o predomínio da natureza, o que dificultava a exploração. Com investimento estatal em determinadas áreas essa situação vai se alterando e propiciando o crescimento de outras zonas. Neste momento, ainda se observavam ilhas econômicas desintegradas pelo território brasileiro. O que vem a mudar um pouco tal cenário são os transportes marítimos, mas ainda precários. Mais tarde, nota-se a intensificação da constituição das indústrias no território brasileiro, isto é, um tempo de efervescência fabril. Paralelamente a isso, a imigração trouxe mão de obra qualificada, de modo que os adensamentos humanos passaram a se desenvolver nas vilas operárias. Outro aspecto relevante é a mudança do padrão de consumo que chega com operários imigrantes (SANTOS e SILVEIRA, 2001)

No segundo momento técnico da história do território brasileiro, desponta agora, como variável de transição a escalada na integração entre as cidades. Se no período anterior não havia tanta interação e hierarquia entre os arquipélagos produtivos, a partir de tal momento, observa-se o esboço de uma urbanização e estruturação nacional das cidades, bem como os primórdios de um mercado territorial no Centro-Sul. Ocorre também, um aumento significativo da população, sem haver, no entanto, qualquer mudança na estrutura social. Tais mudanças são observadas, pois para além das máquinas de produção, agora há uma melhor consolidação e integração em um sentido nacional. Vale ressaltar que o referido processo não foi instantâneo nem ao mesmo tempo por todo território nacional.

É característico também deste segundo momento técnico: a nível de integração nacional, as ferrovias; e a nível de comunicação e escoamento da demanda do exterior, a construção e melhoria dos portos. Ainda, dada a melhoria das técnicas, observa-se o desenvolvimento das comunicações.

Com condições melhores de vida e ensino, a população que crescia, pressionada por outros fatores, começa a se deslocar do campo para as cidades. Faz-se interessante lançar olhar sobre a concentração de terras neste momento no campo, 32.825 proprietários detinham quase metade das terras, enquanto 3.316.599 dividiam a porção restante. Nesse cenário, a população urbana aumenta não só pelo crescimento vegetativo, mas também forçada pelo êxodo rural (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Impulsionada pelo grande número de migrantes e pela melhoria da comunicação com outras regiões sob sua zona de influência, São Paulo começa uma industrialização intencional, a qual mais tarde culminará em uma maior e real integração do território nacional. Essa

integração vai se dar à medida que as metrópoles vão precisar estabelecer melhorias nas redes de escoamento de materiais a fim de fomentar a produção industrial. Assim, o melhor nível de vida que vai ser impulsionado pela industrialização vai intensificar o consumo interno e também a procura por serviços, de modo que muitas cidades vão aparecer no interior para suprir tais demandas. Em meio a crescente consolidação de uma hegemonia paulista, observa-se aqui que o sistema financeiro vai se valer da extorsão das regiões pobres e subdesenvolvidas para financiar as grandes metrópoles.

Apesar de, em um primeiro momento, Rio de Janeiro e São Paulo figurarem juntos enquanto metrópoles, com mudanças nas formas de circulação de bens e serviços, o Rio de Janeiro perde sua proeminência. Assim, as antigas estruturas são descontinuadas e vai ser criada uma forma de entender as dinâmicas de influência. Agora, São Paulo é um polo que se relaciona com uma periferia de metrópoles incompletas.

Em um contexto de revolução técnico-científica e do pós 2ª guerra mundial, desponta um novo tipo de agente fundamental do capitalismo: as multinacionais. Como consequência aos países subdesenvolvidos, estes vêm suas esferas públicas, de ensino, a mídia e organizações religiosas alteradas e moldadas para responder aos interesses do capitalismo internacional. Tal modelo ocasionou um aumento no exército de reserva, bem como uma diminuição dos salários e a apropriação externa do excedente econômico.

Em meio a um esboço da nova Divisão Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, são construídos grandes polos industriais para transformação de minérios e de derivados de petróleo. No mesmo período, com o desenvolvimento e a modernização das redes de transportes (construção de aeroportos), observa-se uma melhor fluidez dentro do território nacional. Ainda, nota-se no campo da agricultura, uma modernização no sentido do capitalismo agrário, bem como o avanço da fronteira agrícola e a utilização da mão de obra do bóias frias como meio de aumento dos lucros. Neste momento, há um crescimento da concentração geográfica, da renda e da centralização da economia (SANTOS e SILVEIRA, 2001)

Com a criação dos pólos industriais, a industrialização se deu de uma forma quase que ambígua: conservando características de um país subdesenvolvido, ao passo que fornece bens de consumo; e características de país desenvolvido, ao conseguir produzir industrializados com nível internacional.

Com a política de crescimento voltada à produção de bens de capitais sem um mercado consumidor interno, o Estado optou, mesmo em detrimento de uma população já

empobrecida, por medidas benéficas às grandes empresas. Contemporaneamente, foram instaladas infraestruturas específicas para o capital, dissociadas da produção e do meio ambiente. Aqui observa-se, talvez, a mais importante mudança deste período e que vai ditar como as sociedades se organizam. O trabalho não é mais o agente ou a variável que dará contornos ao território, agora o capital que tem protagonismo para ditar as mudanças.

Já no período de transição para o meio técnico-científico-informacional, as novidades são introduzidas pelos prodigiosos recursos da informação. Aliada às finanças, a informação passa a conferir novos contornos à história do território nacional, dessa forma, desbancando o produto e a mão de obra enquanto agentes de transformadores do território (SANTOS e SILVEIRA, 2001)

1.2. O desenvolvimento da geografia financeira no Brasil

Para entender o estudo sobre as relações da geografia com as finanças, é importante analisar as proposições de duas escolas específicas da geografia: a francesa e a brasileira. Esse esforço se faz necessário para entender como se deram as primeiras sistematizações com relação à dinâmica do tema e de certa forma como autores franceses e suas obras influenciaram e foram percebidas pela escola brasileira. Nos balizaremos nesta parte do texto principalmente nos argumentos de Contel (2016)

Em um primeiro momento, é possível encontrar o tema das finanças ao longo do desenvolvimento e sistematização da geografia francesa. Em artigos escritos por Jean Dresch, se encontram pequenas referências às finanças, para ele caberia à geografia estudar uma variável financeira essencial para o entendimento do colonialismo: os investimentos internacionais. O livro “*Les Marchés de Matières Premières*” de Jean Gottmann (1957), demonstra a dinâmica pela qual os primeiros mercados mundiais se tornaram as primeiras e mais importantes praças financeiras. Segundo Gottmann, isso se explicaria devido às atividades mercantis internacionais exigirem um aparato financeiro maior, para possibilitar as trocas.

Outro autor importante desse momento da escola francesa de geografia é Michel Rochefort. Em um importante estudo sobre a organização urbana da Alsácia, Rochefort (1960) introduz os conceitos de “vida de relações” e, principalmente, “rede urbana”. A partir desses conceitos o “estudo da rede bancária das regiões surge justamente desta necessidade de ser bem definida a área de atuação e de polarização das cidades, a partir da definição do alcance das atividades de comércio, serviços e de administração que elas disponibilizam para

seu entorno”(Contel, 2016). Ou seja, surge como agentes definidores dos contornos das redes urbanas regionais: os bancos e outras atividades comerciais, o tamanho da população e a presença de atividades industriais nas cidades.

Pierre Monbeig é outro autor que faz parte desse primeiro momento da geografia francesa. Em artigo intitulado “Capital e Geografia”, sob o paradigma da relação homem-natureza e utilizando como principais categorias o “gênero de vida” e “paisagem” para exprimir em seus estudos a ideia, dominante da geografia francesa, de que as explicações para a dinâmica geográfica estavam contidas em fatores geográficos naturais, de modo que, dava-se a “a chave da explicação ao clima, ao solo à estrutura geológica ou à posição geográfica”(MONBEIG, 1957). Nesse sentido, Monbeig propõe o conceito “região bancária” com o intuito de estudar a organização financeira. Para Pierre Monbeig (1957) a “região bancária” se caracteriza por dois componentes importantes: Pelos *bancos*, dadas as suas atividades e relações com os atores locais, têm fundamental importância para “animar a vida regional”; E pelo *dinheiro*, por sua dinâmica própria de circulação atua de forma a ativar uma região, que ainda, pode sofrer um incremento no processo de individualização. Assim, para Monbeig, o estudo das finanças seria uma forma de entender os processos de regionalização e as funções urbanas, dado que a “função bancária” e a outras funções urbanas ajudam a evidenciar o dinamismo dos adensamentos urbanos.

O autor Jean Labasse (1995), escola francesa de geografia, traz novas preocupações ao estudo das finanças sob o viés da dinâmica geográfica, observando os eventuais riscos que uma centralização de capitais traria podendo estimular uma hipertrofia do papel de comando da capital francesa frente ao território nacional.

Em seu livro “*Les Capitaux et la Région. Étude Géographique. Essay sur le commerce et la circulation des capitaux dans la région lyonnaise*” Jean Labasse tem como objetivo “exame geográfico da função financeira em suas relações com a vida regional”. A obra pode ser entendida do ponto de vista teórico da seguinte forma: a primeira, mais tradicional e permeado pelo paradigma da relação homem-natureza, onde Labasse entende que os bancos tem relação direta com os gêneros da vida e que devem se integrar aos mesmos, de modo a conquistar a confiança do seu público, também atuaria de forma a estimulá-los a se fixar na paisagem; na segunda, mais inovadora, Jean Labasse propõe a necessidade de se estudar os fluxos das finanças menos visíveis e pouco palpáveis (investimentos, créditos, depósitos, aplicações, das fortunas, etc.)(Contel, 2016).

Para além, Jean inovou ao evidenciar que é impossível dissociar os estudos das relações financeiras do aparelho bancário. De modo que, ainda que se apresente em um primeiro momento como fenômeno fluido e móvel, as finanças guardam íntima relação com as redes, às infraestruturas e com as concentrações de fatores econômicos no espaço geográfico (Labasse, 1955).

Jean Labasse (1955) ainda propôs uma formulação, relevante para o entendimento das rede bancárias atualmente, quanto às concentrações bancárias “A circulação de capitais se organiza num sentido único, em detrimento das províncias e em favor das metrópoles, em um movimento aparentemente irreversível”, como mostra também Contel (2016). Na mesma obra, outra importante proposta de Jean Labasse é a de que o espalhamento das finanças leva a uma racionalização do espaço e do tempo. Com a chegada do aparato bancário à regiões as quais antes não contavam com tais estruturas, os locais passam a experienciar suas relações serem alteradas e significativamente pautadas pelo consumo de produtos financeiros. Ou seja, “como todos os outros agentes de circulação, o aparato bancário contribui então para uniformizar os costumes e as mentalidades” (Labasse, 1955) da sua localidade.

Labasse ainda propôs na mesma obra o conceito inovador de “regionalismo bancário”. Com o objetivo de entender “como o exercício regional das atividades financeiras contribuiu para dar sua feição a certos agrupamentos humanos?”(Labasse, 1955). Com seus esforços voltados para responder a questão, o autor se colocou a estudar a relação das “estruturas bancárias e o território regional”. Para Labasse o principal argumento era de que os bancos regionais acabavam por serem mais eficientes quanto à utilização dos recursos locais, visto que, tinham íntimo conhecimento do seu entorno, dado seu material humano ser composto por moradores e o que faziam o reinvestimento dos recursos exauridos das porções regionais nas mesmas. De modo que, com essa dinâmica, os bancos regionais rompem com o paradigma da centralização parisiense.¹

Essas foram as contribuições dos principais autores da escola francesa para a discussão e desenvolvimento do tema das finanças dentro da Geografia. Da mesma forma, nos pareceu importante ressaltar autores da escola brasileira e seus principais trabalhos para o desenvolvimento da geografia das finanças.

¹ Por fim, Labasse analisou a “fisionomia financeira das regiões”, sendo esta as características dos equipamentos financeiros de cada região, tanto pela infraestrutura presente quanto pelos fluxos e estoques de capitais. Analisando a infraestrutura presente e os fluxos Jean Labasse (1955) propôs a existência de região fortes (em que os créditos concedidos teriam um valor maior que os depósitos realizados, e que por sua vez, fossem proporcionalmente maiores que as populações localizadas naquela região) e as regiões fracas (em que os créditos concedidos seriam em menor quantidade do que os depósitos realizados, e que por sua vez seriam ainda menores do que o contingente populacional da região em questão) (CONTEL, 2016).

Inicialmente, não há na literatura geográfica brasileira ensaios específicos sobre as variáveis financeiras (Contel, 2016). A época em que se tinham eram textos nos quais a temática aparece atrelada a outros tópicos ligados à geografia econômica. É sob esse contexto que Uyvão Antonio Pegaia (1965) escreve a dissertação de mestrado “A rede bancária da cidade de São Paulo”. Ali o autor ressalta a grande dificuldade de encontrar o tema na literatura até então desenvolvida, e apresenta uma cuidadosa e desenvolvida descrição da localização das sedes e das agências bancárias na cidade de São Paulo, diferenciando-as em de áreas centrais e de áreas de bairros. Cabe ressaltar, Pagaia propõe uma classificação bipartida dos bancos: em função do tamanho (bancos bilionários, milionários e pequenos); quanto a diversidade de tamanho e da distância das áreas de influência de cada entidade (local, regional e nacional).

Outros autores que fazem parte dessa primeira fase do desenvolvimento do tema das finanças na geografia brasileira são: Ceçary Amazonas que teve seus textos publicados no livro “O Rio de Janeiro e sua região (1965), no qual o autor busca a definição da “área de influência” do Rio de Janeiro, fazendo forte uso da categoria das redes urbanas de Rochefort. E de Maria Rita da Silva Guimarães que tem textos publicados no livro “A Área Central da cidade do Rio de Janeiro” (1967), nele procurava-se definir as principais funções urbanas da área central do Rio de Janeiro, como comercial, industrial, bancária, etc. Além disso, em outro de seus trabalhos Ceçary (1965), fala mais especificamente sobre as funções bancárias, sendo “a organização do serviço bancário corresponde, de maneira bastante aproximada, à hierarquia de centros dos centros urbanos. As cidades onde estão situadas as matrizes, filiais ou sucursais de bancos são, quase sempre, grandes centros urbanos; aquelas onde se situam as agências bancárias, correspondem a centros urbanos médios e, onde existem escritórios, encontram-se, justamente, os pequenos núcleos urbanos. Verifica-se, também, que as cidades que possuem maior número de agências bancárias são as de maior desenvolvimento, sendo este critério muito expressivo para o estabelecimento de uma hierarquia dos centros urbanos (CONTEL, 2016).

Em um segundo momento pode ser entendido, segundo Contel (2016), a partir de 4 fatores: 1. o caráter nacional e internacional destes estudos, ultrapassando a preocupação mais regional – ou local – dos esforços anteriores; 2. a introdução de pressupostos da economia política (sobretudo através dos temas do “capitalismo monopolista” e da “centralização dos capitais”), conjugados às preocupações com a dinâmica rede urbana e da metropolização do comando do território; 3. a preocupação não só com o sistema bancário comercial, mas

também com todos os demais atores e instituições do sistema financeiro (incluindo aí o próprio Estado e o Banco Central do Brasil, com suas leis e normatizações sobre a atividade financeira); 4. a incorporação do estudo da “base material” que permitiu a expansão das redes bancárias, principalmente as chamadas “técnicas da informação” (telecomunicações, informática, centros de processamento de dados, etc.), consolidando também a “informação” ela própria como uma categoria central para o estudo das finanças. Um dos conceitos que talvez melhor reflitam esta novidade é o de “meio técnico-científico-informacional”, proposto por Milton Santos (1996).

Um dos 5 principais estudiosos dessa nova fase é Helena Kohn Cordeiro. Cordeiro fazia suas análises acerca do sistema financeiro com base em suas manifestações no conjunto da rede urbana do território nacional. Seu objeto de pesquisa eram os centros transacionais, os quais figurariam como, além de locais de tomada de decisão das grandes corporações, meios de retransmissão que assegurariam a interiorização gradual da economia internacional no país, de modo que estes atuariam de forma a continuar a relação de dominação-dependência da divisão internacional do trabalho (CONTEL, 2016).

As principais características da rede urbana em processo de transformação quanto a distribuição dos pontos de controle do setor financeiro brasileiro, segundo Cordeiro (1985/86; 1991) são: o aumento na centralidade de São Paulo, que passa a figurar como epicentro das atividades financeiras do território contrapondo a decadência do Rio de Janeiro nesta dinâmica e uma pequena elevação da centralidade de Brasília; queda abrupta no número de bancos comerciais no Brasil (bancos de médio e pequeno porte, que em sua maioria se localizavam fora das cidades metropolitanas); aumento do número e diversificação dos tipos de empresas financeiras, que resultou da complexidade da divisão financeira do trabalho pós reforma bancária de 1964/65; intensificação, nas metrópoles, de áreas que se especializou por localizarem fatores de atração das empresas de controle transacionais da economia (CONTEL, 2016).

Outro autor dessa nova fase é Roberto Lobato Corrêa, seus estudos analisam o espaço geográfico e as finanças, fornecendo um dos conceitos mais importantes sobre o que vem a ser o “espaço financeiro”:

“entendemos por espaço financeiro o conjunto de lugares no qual se verifica o processo de circulação de capital relativo aos depósitos, empréstimos, descontos, cobranças, juros, lucros e rendas, assim como salários, investimentos e serviços, que envolve pelo menos uma unidade do setor financeiro, até mesmo uma única agência”(CORRÊA, 1993).

Para Corrêa, seria possível de entender a rede urbana brasileira observando a presença dos equipamentos financeiros, isto é, “o processo de criação, apropriação e circulação do valor, fundamental, mas não exclusivo, para a organização do espaço capitalista, passa necessariamente pela atividade bancária” e também “é mediante a atividade bancária, naquilo que ela participa do processo de circulação, que também se viabilizam a divisão territorial do trabalho e a integração espacial de distintas unidades de área”(CORRÊA, [1989] 2006).

Por meio da análise dos dados do Banco Central do Brasil, Correa constatou que na história do território brasileiro houve uma progressiva concentração bancária, culminando em um processo de centralização de capitais levando a perda de importância econômica de cidades médias e pequenas, as quais tiveram seus bancos comprados por bancos de maior porte. Para entender a espacialidade dos bancos comerciais no Brasil, segundo Corrêa, é o conceito de dispersão/concentração. É “esse processo de concentração/dispersão dos bancos foi acompanhado pela progressiva criação de redes nacionais de bancos comerciais, os quais são os núcleos de poderosos conglomerados financeiros”, ou seja, ao tempo que há diminuição do número de centros de gestão, cresce o número dos fixos geográficos (CONTEL, 2016)².

Também fazem parte dessa fase o geógrafo Milton Santos com as obras “A Natureza do Espaço” (1996) e “O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI” (2021) escrito em conjunto com a geógrafa Maria Laura Silveira. No livro A Natureza do Espaço, Santos (1996) fala sobre a ação das firmas financeiras a partir daquilo que pode ser chamado de as “três unicidades”: uma “unicidade técnica”, que é permitida pela nova base material que une as diferentes regiões produtivas do globo, e é fundada principalmente pelas “técnicas da informação”; uma “unicidade do tempo” – ou “convergência dos momentos” – que é tornada viável por esta nova base técnica, e que leva “a possibilidade de conhecer instantaneamente eventos longínquos e, assim, a possibilidade de perceber sua simultaneidade”; uma “unicidade do motor”, que por sua vez é fruto deste alcance estendido das empresas globais a toda parte da superfície terrestre. Em função desta nova topologia das grandes corporações, a mais-valia

² Outro geógrafo importante para o pensamento da geografia das finanças, Carlos Alberto Franco da Silva, evidencia que o sistema financeiro é importante para a sociedade capitalista, pois “permeia todo o processo de criação, apropriação e circulação do valor em várias escalas geográficas” Silva (1994). Utilizando-se do conceito de dispersão/concentração, Silva completa analisando que na década de 1970 houve um aumento no número de bancos de atuação extra-regional enquanto acontecia a diminuição dos bancos regionais e um significativo incremento das agências bancárias. A partir da análise do contexto do técnico-científico-informacional, para Silva o processo de automação das agências bancárias trouxe aos bancos uma maior eficiência organizacional, flexibilidade e mobilidade dos fatores de localização, dessa forma os bancos passaram a perceber uma ampliação das unidades de captação de recursos. Como consequência, observa-se uma descentralização das tarefas. Por exemplo, a teleinformática reduz a necessidade de mão de obra, visto que a comunicação entre agências não demanda mais fluxos de documentos, isto é, agora os fluxos são materiais de informações (CONTEL, 2016).

por elas produzida se torna global, e acaba por se constituir no grande “motor da vida econômica e social de todo o planeta”.

No contexto da globalização, é evidente a emergência de duas grandes forças (finanças e informação) que se relacionam intimamente e criam o período histórico contemporâneo baseado na tirania do dinheiro (Santos, 1996; 2000). Para Santos, a consolidação tirânica do dinheiro acontece, principalmente, pela força política e econômica das grandes corporações; e leis e regulações que propiciam e conferem legalidade à ação hegemônica das grandes corporações. As legislações a quais se prestam a este papel, por vezes são motivadas por órgãos supra nacionais (Contel, 2016), na tentativa de incentivar a desregulamentação do mercado nacional em benefício das corporações globais. A globalização, para Milton Santos (1996), também possibilitou o entrelaçamento das técnicas da informação com as técnicas financeiras, de modo a proporcionar aos atores financeiros um meio geográfico excepcionalmente eficiente para a transmissão de informações e ativos financeiros.

A partir de Milton Santos é possível observar de que maneira os elementos centrais da economia evidenciam o poder do atores financeiros (Contel, 2016): as grandes empresas possuem seus próprios setores financeiros, mesmo que a atividade-fim delas não seja financeira (firmas ligadas ao agronegócio, indústrias, empresas de comércio, serviços, etc.); em função destas novas bases técnicas e políticas, que “ofereceram novos suportes à circulação do dinheiro” (SANTOS, 1996, p. 165), ocorreu também uma ampla e profunda monetarização da vida cotidiana; acirrou-se a concentração da riqueza e dos fatores produtivos mais modernos em pontos específicos do globo terrestre, com aumento da desigualdade do poder econômico e político das nações.

A partir dos conceitos mais teóricos acima colocados, Santos e Silveira (2001) concluíram que existe uma relativa superioridade técnica e política do sistema financeiro frente a outras atividades econômicas, que é possibilitada tanto pela nova base técnica, como pela desregulamentação do setor. Quanto à parte empírica da obra dos referidos autores, cabe ressaltar a noção de “topologia bancária”, a qual versa sobre a distribuição de fixos geográficos e das redes de prestação de serviços bancários. A partir do conceito exposto e observando a dinâmica de expansão das redes bancárias somada à concentração do comando do sistema financeiro em algumas praças, emergiu uma financeirização do território (Santos, 2000).

Nos estudos da geografia brasileiro sobre as finanças, outra autora importante é Leila Dias, a partir de seu textos e livro “*Réseaux d’information et réseau urbain au Brésil*”(1995).

Para a autora, a relação das redes bancárias está intimamente ligada às redes urbanas e de telecomunicações. Essa dinâmica pode ser observada nas décadas de 60 e 70, quando da integração do mercado nacional por meio das rodovias e das telecomunicações os bancos se difundiram pelo território nacional. Segundo Dias (1995, apud CONTEL, 2016)), baseando-se em propostas de Milton Santos, assistimos “ao evento de uma nova etapa no processo de integração territorial, no curso da qual o poder de controle sobre a economia e o espaço vai cada vez mais repousar sobre a aptidão de alguns lugares de manipular a informação”.

Os cinco autores podemos classificá-los como inovadores, sugerindo um novo momento das análises geográficas acerca das finanças, pois (CONTEL, 2016): o caráter nacional e internacional destes estudos, ultrapassando a preocupação mais regional – ou local – dos esforços anteriores; a introdução de pressupostos da economia política (sobretudo através dos temas do “capitalismo monopolista” e da “centralização dos capitais”), conjugados às preocupações com a dinâmica rede urbana e da metropolização do comando do território; a preocupação não só com o sistema bancário comercial, mas também com todos os demais atores e instituições do sistema financeiro (incluindo aí o próprio Estado e o Banco Central do Brasil, com suas leis e normatizações sobre a atividade financeira); a incorporação do estudo da “base material” que permitiu a expansão das redes bancárias, principalmente as chamadas “técnicas da informação” (telecomunicações, informática, centros de processamento de dados, etc.), consolidando também a “informação” ela própria como uma categoria central para o estudo das finanças. Um dos conceitos que talvez melhor reflitam esta novidade é o de “meio técnico-científico-informacional”, proposto por Milton Santos.

Por fim, desde os primeiros estudos geográficos acerca das finanças até os trabalhos mais recentes, pode-se observar uma gradual mudança quanto à abordagem: do local e do regional da ação dos bancos para a esfera nacional e global dos atores financeiros. Fica evidente a influência da escola francesa na escola nacional, principalmente nos trabalhos de Coracy Amazonas e Maria Rita Guimarães. E em Helena Kohn Cordeiro e de Roberto Lobato Corrêa, por estes se valerem de conceitos como de rede urbana e de “equipamento terciário superior”(Contel, 2016).

No cenário nacional, Santos desponta como expoente ao entender a tirania do dinheiro a qual estamos submetidos, mas ainda assim conseguindo evidenciar que a dinâmica estritamente financeira é dependente de vários atributos do espaço geográfico (os “conteúdos normativos do espaço”, as infraestruturas, sistemas e objetos técnicos) para permitir o funcionamento quase que onipresente das grandes corporações.

1.3. O sistema bancário: evolução recente da topologia bancária

Para entender a evolução recente da topologia bancária se faz necessário analisar as mudanças ocorridas após a implantação do Plano Real em 1994, que alteraram as relações dos agentes financeiros com o espaço geográfico no Brasil.

A estabilização da moeda trazida com o Plano Real tornou as condições macroeconômicas mais atrativas para novos atores, permitindo que novos sistemas técnicos fossem criados e levou à reorganização de empresas nacionais e privadas no país. Para Contel (2009), o Plano Real pode ser entendido como um novo "conteúdo do espaço", pois torna as condições mais atrativas e eficientes para os grandes investimentos de capital, sejam eles externos ou internos.

Porém, as consequências foram logo sentidas pelo sistema bancário. Pois, o Plano Real, por meio do controle da inflação, impediu que os bancos continuassem a obter ganhos através da chamada "receita inflacionária". Para compensar essas perdas e manter a rentabilidade, os bancos aumentaram a oferta de crédito, além do uso mais intensivo da cobrança de tarifas pela prestação de serviços. Em 1995, já sob a influência do Acordo da Basiléia, e num contexto de crise econômica no México, da queda no crescimento econômico reforçada por medidas monetárias restritivas e taxa de juros elevada, houve uma redução na capacidade dos devedores de saldarem suas dívidas com os bancos levando a uma "crise" de inadimplência no setor bancário (ARIENTI, 2007)

Para sanar esse problema com os bancos, o governo brasileiro vai criar o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER) e o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) que tinham como objetivo a reestruturação do sistema bancário brasileiro. O PROER era destinado ao financiamento da compra de ativos e passivos e carteiras de clientes recuperáveis de bancos em dificuldades por bancos saudáveis, enquanto o Estado ficava com a parte não recuperável. Enquanto o PROES tinha como objetivo reduzir o número de instituições financeiras públicas estaduais no sistema financeiro. Eram oferecidos dois pacotes de financiamento a longo prazo: o pacote de 100% tinha em contra partida a liquidação, privatização, transferência de controle para o Governo Federal com a finalidade posterior de privatização e, por fim, transformada em uma Agência de Desenvolvimento; Os pacotes de 50%, eram somente para caso de saneamento e o restante ficaria a cargo dos Governos estaduais saudarem. O PROES também tinha como objetivo resolver o problema do déficit

público, porém esse endividamento dos estados teve início durante o período militar. Nesse período, os impostos foram centralizados e os recursos que chegavam da partilha eram insuficientes para manter suas políticas públicas de serviços essenciais (educação, saúde, habitação, etc) (ARIENTI, 2007)

Para Contel (2009), assim como o plano real, o PROES pode ser considerado um conteúdo do espaço que torna as condições favoráveis a investidores nacionais e internacionais no sistema bancário brasileiro, provocando alteração na configuração do sistema bancário nacional. Para Arienti (2007), houve um crescimento da concentração do setor e mudança na composição da propriedade dos bancos com o aumento da participação estrangeira e o aumento da participação dos bancos privados e redução da participação dos bancos públicos.

A concentração do sistema bancário levou consequentemente a concentração geográfica dos centros de comando do sistema bancário nacional na Região Metropolitana de São Paulo, ganhando eficiência, e fazendo diminuir a capacidade das demais regiões do país promoverem estratégias de desenvolvimento próprias.

A busca contínua de empresas multinacionais de diferentes setores, mas, principalmente, do setor financeiro, por melhores lugares do planeta tem a necessidade de velocidade e de segurança nos processos de comunicação. Para tanto, é preciso que sejam criadas políticas públicas, novos sistemas técnicos, aprimoramento dos sistemas já existentes, barateamento dos custos de tecnologias com o objetivo de aumentar a eficiência e a produtividade do território (para que as firmas se beneficiem deste meio geográfico mais racional). Para entender esse processo de aceleração contemporânea do sistema financeiro brasileiro, Contel (2009) cita dois exemplos: a SWIFT, ou *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication*, uma rede-serviço que tem como objetivo a transmissão de dados financeiros entre países; e o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), criado para a modernização técnica e de organização do Sistema Financeiro Nacional.

Em 2002, o Banco Central do Brasil (BCB) põe em operação o novo SPB que nada mais é que um novo conjunto de normas para regular as transações diárias de fluxos financeiros entre agentes que atuam no país de forma mais segura e rápida. A nova técnica organizacional chegava para solucionar dois problemas: falta de instantaneidade; e acabar com a responsabilidade do BC de assumir obrigações em caso de fraude. A rede não era coesa dada a conduta dos seus agentes. Ao final de um dia, por exemplo, havia sempre uma defasagem entre as posições compradoras e vendedora porque a confirmação de saldo

acontecia apenas no final do dia ou em até 5 dias. Esse problema poderia gerar risco sistêmico para a estrutura financeira brasileira já que algumas instituições financeiras possuem ramificações em todas as atividades econômicas, influenciando toda a formação socioespacial brasileiro (CONTEL, 2009).

O SPB possibilitou ao sistema financeiro nacional uma criação maior de novos produtos e inovações financeiras com maior velocidade. Também permitiu mais liquidez, pois possibilitou o transporte dos fluxos financeiros com menos custos e com mais segurança, ou seja, um atrativo para investidores externos com a possibilidade de captar recursos financeiros de outras partes do território e de outros setores produtivos (CONTEL, 2009). O novo SPB possibilitou também aumento da velocidade dos fluxos financeiros e permitiu que agentes estivessem conectados ao sistema, seja pelos canais físicos (agências bancárias, caixas eletrônicos, etc) ou mesmo pela internet.

Com esses novos conteúdos técnicos, organizacionais e normativos é possível entender as transformações no sistema bancário e os novos usos financeiros do território que se dão a partir de então. Para isso é preciso verificar a evolução da concessão de crédito e quais objetos técnicos fazem parte desse processo.

A evolução recente da distribuição dos fixos geográficos (agências bancárias, postos de atendimento e caixas automáticos) foi permitida pelo aparecimento de novos objetos técnicos que aumentam o alcance social e espacial desses serviços, isto é, com a maior distribuição dos fixos geográficos pelo território é possível afirmar que houve maior capilaridade na concessão de crédito.

Também houve mudanças na topologia bancária no que diz respeito aos fixos geográficos. As agências deixam de ser o principal meio de prestação de serviços bancários, porém continuam tendo relevante papel na topologia. A partir de 1970, são mais utilizados os postos de atendimento bancário (PABs) e caixas automáticos (ATM). Outra forma de fixo geográfico que também foi bastante utilizado foram os Correspondentes Bancários e, mais recentemente, os canais digitais (CONTEL, 2009). Com a alteração dos conteúdos normativos do espaço que regulavam as atividades bancárias, isto é, das Resoluções do Banco Central de nº 2.640, em 1999, e nº 2.707, em 2000, passa ser permitido aos bancos a abertura de Correspondentes Bancários alterando a topologia bancária em número e acessibilidade de serviços financeiros.

Enquanto as agências bancárias tiveram um aumento de 11,6% entre 2000 e 2007, os correspondentes bancários tiveram aumento na sua participação na topologia bancária de

514% no mesmo período. Os correspondentes bancários possuem estrutura mais simples, baixo custo operacional e podem ser instalados em estruturas já existentes como padarias e mercados.

Capítulo 2. Uma análise da topologia bancária no Brasil e na RMSP

2.1. A evolução recente das agências bancárias no território brasileiro

Feitas estas considerações sobre a evolução do meio técnico-científico informacional no território brasileiro, e como estes sistemas técnicos modernos são importantes para a atividade bancária, o presente capítulo tem o objetivo de analisar como evoluiu recentemente no Brasil – e em especial na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) – o número de agências bancárias, e sua distribuição.

Em primeiro lugar, portanto, oferecemos ao leitor um panorama da evolução do número de agências bancárias no Brasil por Grandes Regiões.

Tabela 1: Brasil - Número de agências bancárias e percentual por Região (2000, 2005, 2010, 2015 e 2020)

Região	2000		2005		2010		2015		2020	
		%		%		%		%		%
Norte	557	3,41	672	3,82	827	4,19	1149	5,04	1081	5,8
Nordeste	2319	14,21	2535	14,42	2823	14,29	3620	15,89	3143	16,87
Sudeste	8893	54,48	9501	54,05	10813	54,75	11901	52,23	9342	50,13
Sul	3364	20,61	3545	20,17	3781	19,15	4289	18,82	3515	18,86
Centro										
Oeste	1189	7,28	1326	7,54	1505	7,62	1827	8,02	1553	8,33
Brasil	16322		17579		19749		22786		18634	

Fonte: Banco Central do Brasil. Estban. Elaboração própria

A Tabela 1 nos mostra o total de agências bancárias no Brasil e de suas Grandes Regiões, bem como suas respectivas participações na composição. Todas as Regiões possuem um comportamento bastante semelhante quanto ao número de agências, isto é, iniciam o período com acréscimo de estabelecimentos bancários até o ano de 2015, quando se inicia o declínio, e segue até o ano de 2020, refletindo nos números absolutos para todo o território nacional.

No período de estudo, nota-se que o Sudeste brasileiro ocupa a primeira posição em termos do número de agências que abriga, com pouco mais de 50% de todas as unidades do

país. Em 2000, participou com 54,48%, 8893 agências. Sua participação declina para 50,13%, em 2020, uma variação de -4,35%, porém o número de agências é maior do que no início, 9342. O mesmo fenômeno acontece na Região Sul que assiste sua participação cair de 20,61%, em 2000, para 18,86%. Por outro lado, as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste veem suas participações percentuais aumentarem, embora os números “brutos” desse canal de relacionamento tenham diminuído. O Nordeste brasileiro, por exemplo, tinha 14,21% de agências do território no ano de 2000 para em 2020 ter 16,87%, variação positiva de 2,66%.

Nota-se, portanto, que há fechamento das agências bancárias em todas as cinco regiões do Brasil, porém, cabe destacar que o Sudeste continua com a maior participação e o Sul, que pode em alguns anos ser ultrapassado pelo Nordeste, está em segundo lugar.

Para além destes números mais gerais para o território brasileiro, nossa pesquisa identificou também como se comportou a topologia bancária dos 5 maiores bancos de varejo brasileiro, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2: Brasil: Evolução do número de agências bancárias dos cinco maiores bancos de varejo (2000, 2005, 2010, 2015, 2020)

Instituição	2000		2005		2010		2015		2020	
		%		%		%		%		%
Itaú Unibanco	1237	14,62	2300	19,92	3739	22,00	3734	18,94	2841	16,98
Banco Santander	408	4,82	428	3,71	2386	14,04	2650	13,44	2758	16,49
Banco Bradesco	2197	25,97	2921	25,30	3605	21,21	4502	22,83	3390	20,26
Banco do Brasil	2926	34,58	4004	34,68	5084	29,91	5428	27,53	4368	26,11
Caixa Econômica Federal	1693	20,01	1894	16,40	2185	12,85	3404	17,26	3372	20,16
Total	8461		11547		16999		19718		16729	

Fonte: Banco Central do Brasil. Estban. Elaboração própria.

Podemos notar na Tabela 2 que o Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal(CEF), Bradesco e Itaú Unibanco tiveram acréscimos de agências bancárias de 2000 a 2015, quando iniciou-se o decréscimo das mesmas. O Santander por outro lado continuou a abrir mais agências bancárias.

O BB é a instituição que possui mais agências que os outros bancos. Em 2000, termina o ano com 2926, cerca de 35% do total. Em 2005, eram 4004 agências, quase o dobro dos seus concorrentes, porém manteve o percentual anterior. No ano de 2010, o acréscimo de 1080 não foi suficiente, vendo sua participação percentual cair para 29%. Em 2015, o acréscimo foi mais modesto, e viu seu percentual cair mais uma vez, agora para 27%. Em 2020, o Banco do Brasil fica com 4368, cerca de 26% do total e -1% em relação ao ano de 2015.

A CEF, banco estatal, inicia o período com 1693 agências, cerca de 20% do total, ocupando o terceiro lugar. Em 2005, abriu apenas 201 agências, caindo a participação em 4%. Em 2010, houve outra queda da participação de 16% para 12,85% do total. No ano de 2015, houve um salto na abertura de agências, o banco saiu de 2185 para 3404 uma variação de 5%. No final de 2020, o banco estatal fechou algumas agências chegando a um total de 3372, aumentando sua participação para 20%.

O Bradesco terminou o ano de 2000 com 2197 agências bancárias, isto é, 26% do total, ficando em segundo lugar. Em 2005, esse número sobe para 2921, mantendo sua participação anterior. Em 2010, abre pouco mais de 680 agências, ficando para trás no todo com 21%. Em 2015, o número de agências abertas pelo banco saltou para 4502, mas a participação variou apenas 1%. O Banco Bradesco terminou o ano de 2020 com 1112 agências a menos que em 2015, uma variação negativa de 2%.

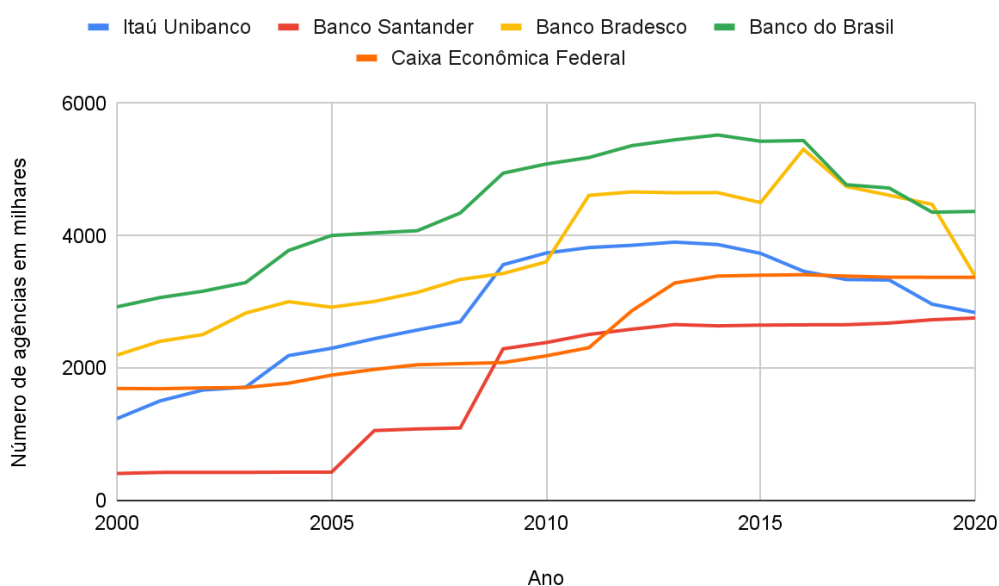
O Itaú Unibanco terminou o ano 2000 com o quarto maior número de agências bancárias do total dos cinco maiores bancos, cerca de 14% e 1237 agências. Em 2005, saltou de mais de 1000 agências, um aumento de quase 6% na sua participação. Em 2010, o banco teve um aumento de 2% em relação a 2005, isto é, 1439 novas agências. Em 2015, o Itaú inicia timidamente seu processo de reestruturação bancária com menos 5 agências. Entretanto, no final de 2020, o processo de reestruturação fica mais evidente, são fechadas 893 agências bancárias, 17% do total.

Seguindo um padrão significativamente distinto de seus concorrentes, o Banco Santander percorre todo o período de 2000 a 2020 abrindo novas agências bancárias. Em 2000, o banco termina com 408 agências e tem a menor participação do total, cerca de 4,82%. Em 2005, há 20 novas agências passando a ter 428. Em 2010, contava com 2386 agências bancárias, passando a ter 14% da participação total de agências bancárias no país. Em 2015, foi mais tímido, são 264 novas agências, mas caiu 1% no percentual em relação a 2010. No

final de 2020, o número de agências é ainda menor. São 108 novas agências, um aumento de 3%.

No Gráfico 1, podemos entender melhor a evolução no período de 2000 a 2020 dos bancos descrito anteriormente.

Gráfico 1: Brasil: Evolução do número de agências bancárias dos cinco maiores bancos de varejo (2000-2020)



Fonte: Banco Central do Brasil. Estban. Elaboração própria

Os bancos públicos e privados apresentaram uma evolução bastante semelhante em termos do número de agências, apresentando um aumento em seu número até 2015, com queda de número até 2020. Os bancos públicos juntos possuem mais novas agências do que os bancos privados até o final de 2005. Em 2010, a diferença já era de pouco mais de 2000 novas agências bancárias dos bancos privados, ou seja, mais de 50% das agências bancárias no país. Em 2015, essa diferença se manteve, os bancos privados tinham 10886, 55%, e os bancos públicos tinham 8832 agências bancárias, 44%, em todo Brasil. No final de 2020, o número de agências diminuiu para 7740 dos bancos públicos e 8989 dos bancos privados, fazendo com que os bancos estatais ganhassem 2% de participação no último ano.

Tabela 3: Brasil: Evolução do números de agências bancárias Instituições financeiras públicas (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) e privadas (Banco Itaú, Bradesco, Santander)

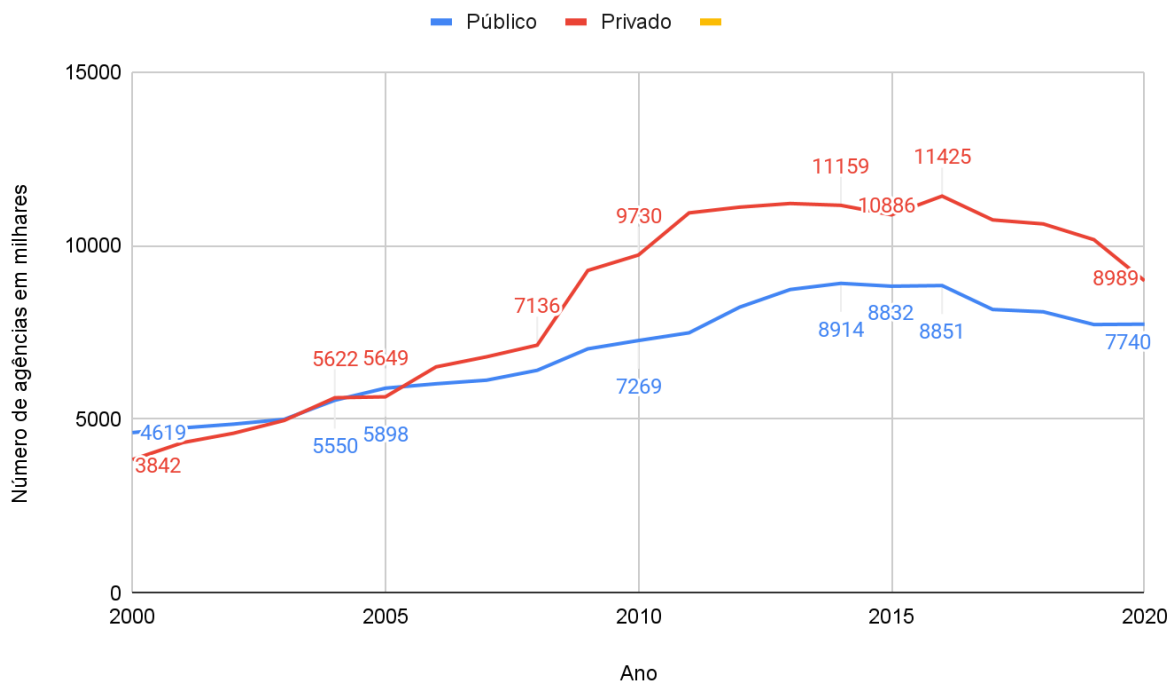
Instituição	2000		2005		2010		2015		2020	
		%		%		%		%		%
Público	4619	54,59	5898	51,08	7269	42,76	8832	44,79	7740	46,27
Privado	3842	45,41	5649	48,92	9730	57,24	10886	55,21	8989	53,73
Total	8461		11547		16999		19718		16729	

Fonte: Banco Central do Brasil. Estban. Elaboração própria

Em 2000, as instituições oficiais detinham 4619 agências, cerca de 54% do total, enquanto as instituições privadas detinha 3842 agências e 45%. A partir de 2005, contando com 5649 agências e 48% do total, as instituições privadas abriram pouco mais de 1800 agências, enquanto as instituições públicas abriram menos de 1300 agências, porém manteve 51% do total de agências ativas. Em 2010, os bancos privados passaram a ter 57% do total de agências bancárias existentes no território nacional, enquanto os bancos contavam com 7269 agências, 42%. Já com um número menor, ainda maior que em 2010, os bancos privados em 2015 detinham 10886 agências e 55% do total em 2015, enquanto as agências públicas eram 8832 e 44% do total, ou seja, detinham cerca de 2000 a menos que os bancos privados. Nos anos seguintes as duas instituições fecharam milhares de agências, diminuindo o número de agências ativas em 2020. O número de agências oficiais em funcionamento era de 7740, isto é, 46% do total, e as agências privadas eram de 8989, cerca de 53%.

No Gráfico 2, é possível visualizar a evolução do número de agências bancárias dos bancos públicos e dos bancos privados.

Gráfico 2: Brasil: Evolução do números de agências bancárias de Instituições financeiras públicas (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) e privadas (Banco Itaú, Bradesco, Santander) (2000- 2020)



Fonte: Banco Central do Brasil. Estban. Elaboração própria.

O Gráfico 2, nos mostra os dados para a evolução do número de agências bancárias públicas e privadas. Entre 2000 e 2005 o número de agências ativas das duas instituições é relativamente semelhante. A partir de 2006, as instituições privadas abrem mais agências que as instituições públicas. Foi só em 2008 que os bancos privados descolam totalmente dos bancos públicos. O número de novas agências privadas é mais acentuado até 2011, enquanto as agências públicas são mais constantes em 2013 quando atingem o topo. A partir de 2015, o número de agências inicia o movimento de queda. Os bancos públicos fecham menos agências e de forma igualmente constante até 2020. Porém, os bancos privados fecham mais agências bancárias e de forma acentuada até 2020.

2.2. A evolução recente das agências bancárias na RMSP

A Região Metropolitana de São Paulo possui, atualmente, 38 municípios em sua configuração. Esses municípios foram divididos em subgrupos a partir da Lei Complementar nº1139, de 16 de junho de 2011, da seguinte forma: A sub-região norte é composta pelos municípios de Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã; A

sub-região leste é composta por Arujá, Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano; Os municípios Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul compõe a sub-região sudeste; Já os municípios de Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista compõe a sub-região sudoeste; A sub-região oeste é composta pelos municípios de Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba; e o município de São Paulo integra todas as sub-regiões.

A tabela 4 traz um panorama da evolução do número de agências bancárias para as 5 sub-regiões e para o município de São Paulo.

Tabela 4: Sub-Regiões da Região Metropolitana de São Paulo: Evolução do número de agências bancárias (2000, 2005, 2010, 2015, 2020)

Sub Regiões	2000	2005	2010	2015	2020
Sub-Região Norte	25	30	35	41	35
Sub-Região Leste	158	175	229	248	201
Sub-Região Sudeste	264	292	350	382	291
Sub-Região Oeste	113	136	188	214	172
Sub-Região Sudoeste	49	53	73	88	75
São Paulo	1845	2031	2414	2529	1996
Total	2454	2717	3289	3502	2770

Fonte: Banco Central do Brasil. Estban. Elaboração própria

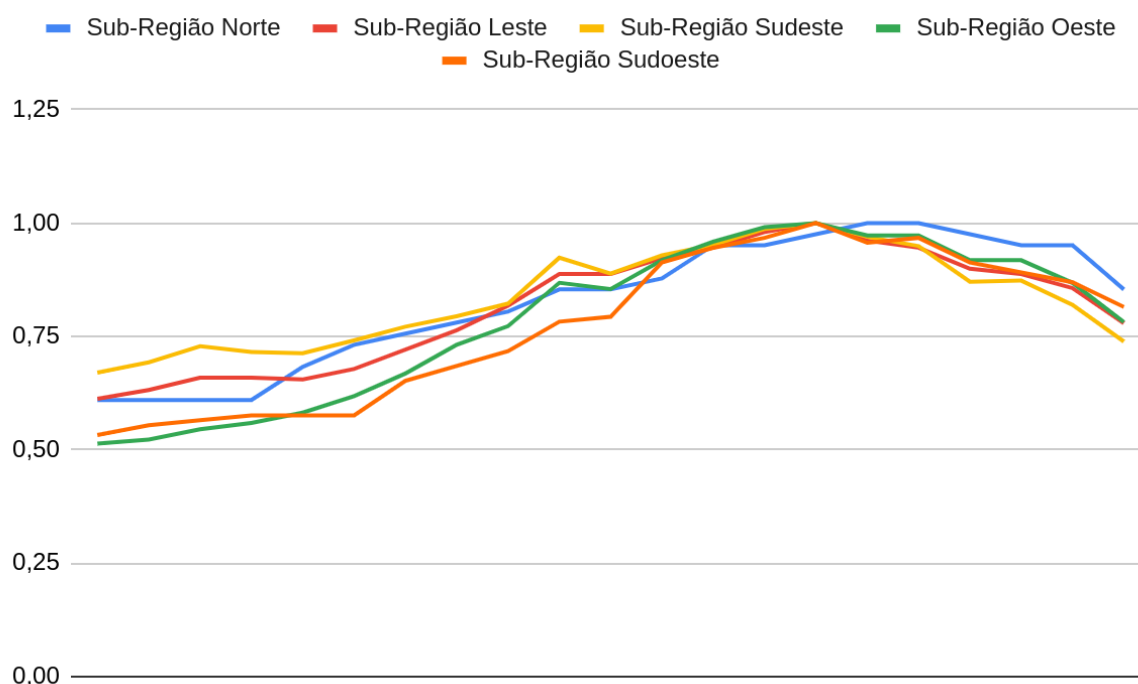
Podemos notar que o município de São Paulo, em todo período, sozinho possui maior número de agências que todas as sub-regiões juntas. Durante o período, o número desse fixo salta de 1845, 75,18%, em 2000 para 2414, 74,75%, no ano de 2015 voltando a cair nos anos seguintes até atingir 1996, 72,06%, em 2020.

As sub-regiões sudeste, leste e oeste são, respectivamente, as sub-regiões com agências bancárias e as sub-regiões sudoeste e norte são aquelas que apresentam menor número de agências. Todas as 5 sub-regiões apresentaram o mesmo comportamento, a partir do ano 2000 o número de agências da sub regiões sudeste era de 264, cerca de 10,76%, e da sub região norte era de 25, representando 1,02%, o número de agências aumentou em 2010

para 350, mantendo 10,75%, e 35, 1,10%. Em 2015, o número de agências atinge seu número e passa a cair até 2020, a sub-região sudeste passa de 382, 10,91%, para 291, 10,51%, e a sub-região norte passa de 41, 1,17%, para 35, 1,26%, número menor que o visto em 2010.

Em todo o período, o município de São Paulo concentrou, em média, cerca de 70% de todas as agências bancárias da RMSP, isso se deve a localização das sedes, prestação de serviços, infraestrutura, etc. Enquanto as sub-regiões sudeste e norte não passaram de 10% e 1%, respectivamente. Isto é, apesar da variação do número de agências ao longo do período a hierarquia das sub-regiões se manteve.

Gráfico 3: Sub-Regiões da Região Metropolitana de São Paulo: Evolução do número de agências bancárias(2000-2020)



Fonte: Banco Central do Brasil. Estban. Elaboração própria

A partir do gráfico anterior notamos que o comportamento da evolução das agências bancárias nas sub-regiões e do município de São Paulo são semelhantes, tanto na abertura quanto no fechamento sem muitas variações. Em um primeiro momento, a evolução do número de agências é crescente até 2014. A partir do ano seguinte, o número de agências cai até 2020.

A tabela 5 revela os dados de agências bancárias dos cinco maiores bancos de varejo da Região Metropolitana de São Paulo.

Tabela 5: Região Metropolitana de São Paulo: Evolução do número de agências bancárias dos cinco maiores bancos de varejo (2000, 2005, 2010, 2015, 2020)

Instituição	2000		2005		2010		2015		2020	
		%		%		%		%		%
Itaú Unibanco	338	27,70	414	25,29	823	28,27	774	24,74	571	22,21
Banco Santander	121	9,92	127	7,76	578	19,86	642	20,52	640	24,89
Banco Bradesco	373	30,57	534	32,62	705	24,22	718	22,95	523	20,34
Banco do Brasil	203	16,64	317	19,36	515	17,69	545	17,42	388	15,09
Caixa Econômica Federal	185	15,16	245	14,97	290	9,96	450	14,38	449	17,46
Total	1220		1637		2911		3129		2571	

Fonte: Banco Central do Brasil. Estban. Elaboração própria

Em 2000, o Banco Itaú possuía 338 agências bancárias em funcionamento na RMSP, cerca de 27% do percentual total. No ano de 2005, mesmo com mais agências abertas, sua participação cai para 25%, voltando a subir em 2010 para 28% quando quase dobra o número de agências, 823 em funcionamento. Em 2015, o número de agências abertas caiu para 774, assim como a sua participação no total, agora em 24%. Em 2020, o número de agências diminuiu ainda mais, 571, mas o percentual de participação caiu apenas 2%.

O Banco Santander inicia o período com o menor percentual de participação, 9% e 121 agências do total. Entre 2005 e 2010, o banco abre mais agências, pouco mais de 400, e consequente vê sua participação aumentar de 7% para 19%. De 2015 a 2020, o Santander continua abrindo novas agências, assumindo o primeiro lugar do total de agências bancárias em funcionamento na região metropolitana de São Paulo, cerca de 25%.

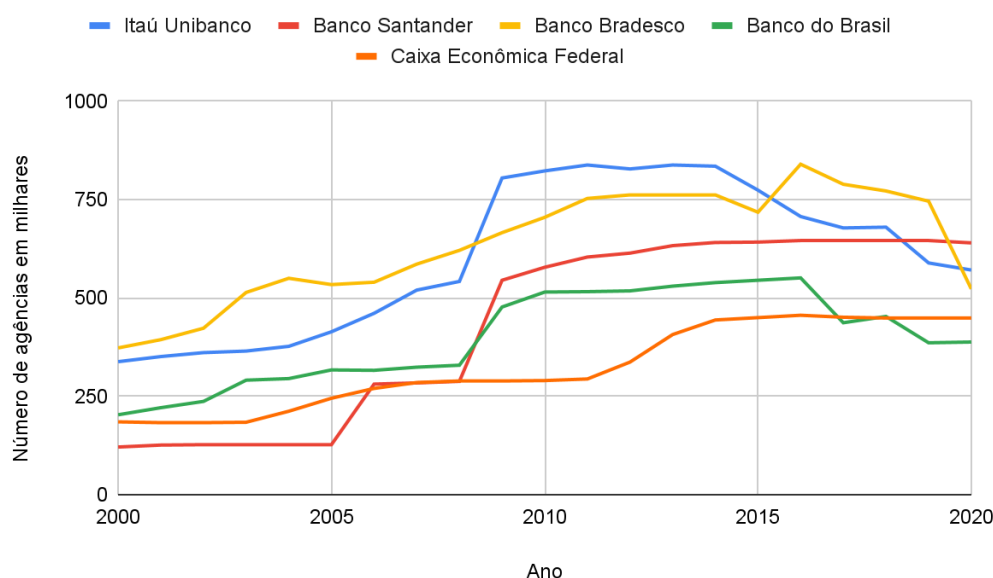
O Banco Bradesco iniciou os anos 2000 com uma fatia de 30% do total do canal de relacionamento, 373 agências. Entre 2005 e 2010, viu sua participação sair de 32% para 24% mesmo com o aumento de quase 500 agências em 10 anos. De 2015 a 2020, o número de estabelecimentos desse tipo diminuiu, assim como a participação no total, de 22% para 20%, respectivamente.

O Banco do Brasil possuía em 2000, 16% do varejo da RMSP e o terceiro lugar em participação. De 2005 a 2010, sua participação passou de 19% para 17% mesmo com 300 novas agências em funcionamento. Entre 2015 e 2020, o número de agências do banco diminuiu, assim como sua participação, saindo de 17% com 545 agências para 15% e 388 dos estabelecimentos.

A Caixa Econômica Federal possui cerca de 15% das agências de varejo na RMSP no final dos 2000. Entre 2005 e 2010, viu sua participação despencar mesmo com a abertura de novas agências bancárias, respectivamente, de 14% para 9% do total. De 2015 a 2020, o banco continuou abrindo novas agências e consequentemente aumentou sua participação, respectivamente, de 14% para 17%, visto que seus concorrentes perderam participação.

No Gráfico 4, é possível visualizar a evolução do número de agências bancárias dos cinco maiores bancos de varejo na Região Metropolitana de São Paulo .

Gráfico 4: Região Metropolitana de São Paulo: Evolução do número de agências bancárias dos cinco maiores bancos de varejo (2000-2020)



Fonte: Banco Central do Brasil. Estban. Elaboração própria

A atuação dos bancos públicos e privados na Região Metropolitana de São Paulo é diferente do que acontece na escala do território nacional, como nos mostram os dados da tabela 5. Podemos notar que a atuação dos bancos privados é muito maior que a dos bancos públicos, isto é, no período que vai dos anos 2000 a 2020, o número de agências bancárias públicas girava em torno de 30%. Em 2010, por exemplo, as instituições privadas chegaram a

ter quase o quádruplo das agências bancárias públicas, 2100 estabelecimentos, e mais de 70% do canal físico em funcionamento da região metropolitana.

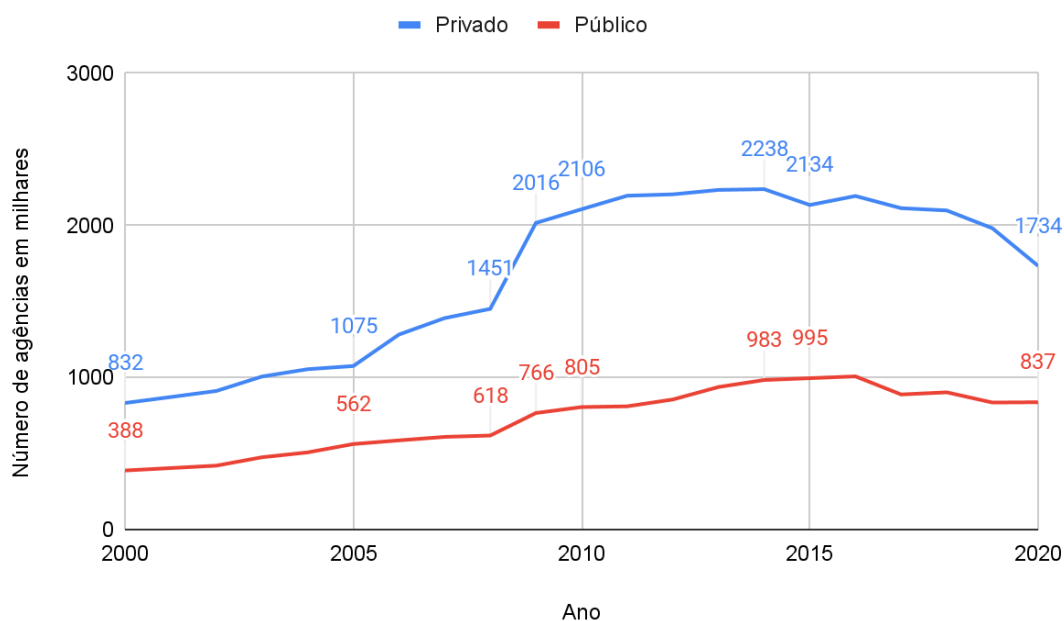
Tabela 6: Região Metropolitana de São Paulo: Números de agências bancárias de Instituições financeiras públicas (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) e privadas (Banco Itaú, Bradesco, Santander) (2000, 2005, 2010, 2015, 2020)

Instituições	2000		2005		2010		2015		2020	
		%		%		%		%		%
Privado	832	68,20	1075	65,67	2106	72,35	2134	68,20	1734	67,44
Público	388	31,80	562	34,33	805	27,65	995	31,80	837	32,56
Total	1220		1637		2911		3129		2571	

Fonte: Banco Central do Brasil. Estban. Elaboração própria

No Gráfico 5, podemos ver a evolução do número de agências bancárias dos bancos públicos e privados atuando na região metropolitana de São Paulo.

Gráfico 5: Região Metropolitana de São Paulo: Evolução do número de agências bancárias de instituições públicas (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) e privadas (Banco Itaú, Bradesco, Santander) (2000- 2020)



Fonte: Banco Central do Brasil. Estban. Elaboração própria

A partir do gráfico 5, podemos identificar que o número de agências bancárias abertas por bancos privados é bastante expressivo na RMSP principalmente entre o ano de 2008 e 2009 quando são abertas mais de 500 agências. Entre os anos de 2010 e 2015 as duas instituições tiveram abertura constante de agências bancárias. A partir de 2015, porém, o número de agências bancárias privadas começa a cair e rapidamente, enquanto as agências das instituições públicas são fechadas em um ritmo menor

Capítulo 3. O fechamento das agências bancárias e a ascensão dos canais informacionais

3.1. As causas do fechamento das agências segundo a FEBRABAN e a mídia especializada

A leitura mais recente de notícias relacionadas ao tema central da pesquisa – o fechamento das agências bancárias no território brasileiro – em sites especializados, jornais online e portais revelam que o processo de encerramento das agências bancárias ainda está acontecendo, e se intensificou durante a pandemia. Esta pesquisa documental também nos atualiza sobre a adoção de novas tecnologias pelas instituições financeiras e seu relacionamento com as *fintechs*.

O Banco do Brasil, Bradesco e Itaú juntos fecharam cerca de 1200 agências até o final de 2020. Até então, o BB diminuiu em 11% suas estruturas tradicionais no período, para 3.684 agências. O Bradesco diminuiu cerca de 1,8% e o Itaú 5,7% de suas agências. O banco Santander, pelo contrário, teve aumento de 1,8% de agências bancárias.³ Itaú e Bradesco fecharam juntos cerca de 650 agências bancárias durante a pandemia. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal mantiveram ou abriram mais agências devido a distribuição do auxílio emergencial. Apenas o Santander aumentou sua participação avançando com a estratégia de seguir em direção ao interior e abriu mais agências, conforme já havíamos identificado na análise dos dados do Banco Central do Brasil⁴. Além disso, o Banco do Brasil anunciou que fecharia 361 unidades, sendo 112 agências bancárias, em 2021⁵, ou seja, o processo de encerramento das agências bancárias que já vinha acontecendo foi intensificado durante a pandemia. Um dos resultados do encerramento das agências bancárias durante a pandemia, é o cliente ter que ir até uma agência enfrentar filas e demorar a ser atendido. Os clientes das agências encerradas são remanejados para as agências mais próximas, fazendo o número de clientes por agência aumentar e o funcionário que não foi demitido trabalha ainda mais para atender os antigos e novos clientes. É o mesmo caso para o gerente, ele tem de entrar em contato com muito mais clientes, conversar gerando um relacionamento⁶.

³ FOLHA. Grandes bancos vão fechar mais de 1.200 agências até o final de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/grandes-bancos-va-fechar-mais-de-1200-agencias-ate-o-fim-de-2020.shtml>>. Acesso em: 20 de novembro de 2021.

⁴ UOL. Disponível em: <<https://6minutos.uol.com.br/minhas-financas/itau-e-bradesco-ja-fecharam-quase-650-agencias-fisicas-em-2020-e-nao-va-parar-por-ai/>>. Acesso em: 20 de novembro de 2021.

⁵ FOLHA. BB anuncia reestruturação que prevê fechamento de 361 unidades e programa de demissão voluntária. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/bb-vai-fechar-361-unidades-e-lancar-programa-de-demissao-para-5-mil-funcionarios.shtml>>. Acesso em: 20 de novembro de 2021.

⁶ UOL. Seu banco está lotado, saiba o que o fechamento de agências e corte de funcionários tem a ver com isso. Disponível

Com o avanço da concorrência das fintechs, os bancos tradicionais têm acelerado seus processos de digitalização e disponibilizado um leque maior de serviços digitais. Os investimentos em tecnologias, sistemas de segurança de dados e aquisição de plataformas de investimentos são algumas das movimentações das instituições para oferecer ainda mais serviços para reter velhos e novos clientes⁷. O Santander, por exemplo, comprou a fintech de câmbio inglesa, Ebury. A plataforma oferece abertura de contas no exterior para pequenas e médias empresas que têm dificuldades para fazer pagamentos internacionais. Outra facilidade para os clientes é o recebimento instantâneo se ambas contas forem da fintech⁸.

Uma pesquisa realizada pela fintech Transfeera revelou que bancos tradicionais estão perdendo mercado para as fintechs de meios de pagamento. A startup financeira de automação de transferências revela que 100% das transações feitas em abril de 2017 eram para os cinco maiores bancos, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Bradesco e Santander, passando a ser 45% em agosto de 2021. Foram consideradas para a pesquisa 6 milhões de transações (Pessoa física e Pessoa jurídica) feitas pela plataforma de abril de 2017 a agosto de 2021. Em 2017, 100% foram feitas para as grandes instituições financeiras, por outro lado, a proporção caiu para 56% considerando apenas PF em 2021. A CEF caiu de 40% para 14%. O Santander caiu de 30% para 11%. Enquanto isso, o Nubank (fintech conhecida como “banco digital”) ganhou espaço. Em 2020, tinha 10,5% do mercado subindo para 19,5% em 2021. Entre as transferências de PJ, o Itaú caiu de 60% para 10% no período. A CEF caiu de 27% para 4%⁹.

Realizamos a leitura das edições da Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária (CIAB) dos anos de 2013 a 2020, e nos baseamos nesta última edição para identificarmos como a FEBRABAN vem entendendo estas mudanças todas e o desenvolvimento de novos canais de prestação de serviços bancários. Vimos que os conteúdos produzidos nestas pesquisas do setor vêm corroborando com aquilo que temos encontrado em notícias sobre o

em:<<https://6minutos.uol.com.br/negocios/seu-banco-esta-lotado-saiba-o-que-o-fechamento-de-agencias-e-corte-de-funcionarios-tem-a-ver-com-isso/>>. Acesso em: 20 de novembro de 2021.

⁷ G1.Com avanço de fintechs, bancos tradicionais aceleram digitalização e diversificam serviços .Disponível em:<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/18/com-avanco-de-fintechs-bancos-tradicionais-aceleram-digitalizacao-e-diversificam-servicos.ghtml>>. Acesso em: 20 de novembro de 2021.

⁸ VALOR ECONÔMICO. Na fintech Ebury, Santander faz o câmbio entre a libra e o real. Disponível em:<<https://pipelinevalor.globo.com/startups/noticia/na-fintech-ebury-santander-faz-o-cambio-entre-a-libra-e-o-real.ghtml>>. Acesso em: 20 de novembro de 2021.

⁹ VALOR INVESTE. Bancos tradicionais perdem quase metade do mercado em quatro anos, aponta pesquisa. Disponível em:<<https://valorinveste.globo.com/produtos/servicos-financeiros/noticia/2021/09/27/bancos-tradicionais-perde-m-quase-metade-do-mercado-em-quatro-anos-aponta-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 20 de novembro de 2021.

tema, como a intensificação dos investimentos em tecnologia e fechamento das agências bancárias.

Em 2020, em função da pandemia causada pela Covid-19 e das restrições dela decorrente, os clientes se viram obrigados a aderirem aos canais digitais – Internet e Mobile Banking –, os bancos continuaram investindo cada vez mais em tecnologia. O crescimento do orçamento para tecnologia de 2019 para 2020 foi de 8%, um orçamento total de R\$ 25,7 bilhões de Reais (FEBRABAN, 2021, p. 6). Os investimentos em novas tecnologias cresceram de R\$ 8,3 bilhões para R\$ 8,9 bilhões em 2020, um aumento de cerca de 7%. Detalhando um pouco mais os dados de investimentos do orçamento em tecnologia, cerca de R\$ 5 bilhões foram investidos em novos softwares, R\$ 3,7 bilhões foram para novos hardwares e para a área de Telecom ficou com R\$ 0,2 bilhões. Quando comparamos os números de 2020 com os números do ano anterior, os investimentos em softwares tiveram aumento de 14% e hardware foi de 6%. A Telecom teve menos investimentos em 2020, passou a ter 50% menos investimento do que teve em 2019. O peso que as despesas com tecnologia têm no orçamento é ainda maior, foram gastos R\$ 16,8 bilhões, 8% a mais do que foi gasto em 2019. Para as despesas com software foram destinados R\$ 9,4 bilhões, para hardware foram R\$ 4,9 e para Telecom R\$ 2,5 bilhões. Em 2020, as despesas com software aumentaram 16% e com hardware 7%. As despesas em telecom também diminuíram, foram gastos 14% em 2020 com relação a 2019 (FEBRABAN, 2021, p. 8-9).

Com um maior número de clientes aderindo aos canais digitais, obrigados pela pandemia causada pela Covid-19 (a qual restringiu o atendimento bancário presencial), fez com que o número total das transações bancárias aumentasse em 20% em relação a 2019, impulsionado principalmente pelo *Mobile Banking*. Foram um total de 103,5 bilhões de transações bancárias (com e sem movimentação financeira) em 2020, das quais 52,9 bilhões foram por meio do Mobile Banking e 15,8 bilhões pelo Internet Banking. Os canais tradicionais como as agências bancárias e ATMs (físicos), por exemplo, tiveram perdas no total das transações ainda maiores em 2020 em relação aos anos anteriores, isto é, a pandemia acelerou o processo de migração dos clientes para as plataformas digitais, consequentemente, acelerando o processo de encerramento de agências bancárias (FEBRABAN, 2020, p. 22-23).

Apesar do aumento do uso dos canais digitais – Mobile e Internet Banking – para a realização de transações com movimentação financeira, a ação ainda é vista com receio, pois uma parte considerável dos clientes preferem ir até uma agência bancária ou utilizar um ATM. O total de transações em agências caiu de 4,6 bilhões em 2019 para 3,3 bilhões em 2020,

porém o percentual de transações com movimentação financeira no canal físico representa mais de 50% nos últimos dois anos. Os números de transações pelo Mobile superaram aos dos outros canais tradicionais: foram realizadas 37,7 bilhões de transações em 2019, passando a 52,9 bilhões em 2020. A participação das transações com movimentação financeira no total para este canal representa cerca de 15% em 2020, ante os 13% em 2019 (FEBRABAN, 2020, p. 26).

A edição mais recente da pesquisa revela que o número total de agências e PABs continuam a diminuir. Porém, agências bancárias que “puxam” com mais força a queda dos números. Juntos, agências e PABs, detinham mais de 38 mil unidades em 2020. No mesmo ano, o número de agências bancárias caiu de 20,5 para 19,4 mil unidades, enquanto o número de PABs aumentou de 17,7 para 18,7 mil unidades em 2020. Isso acontece por causa do processo de reestruturação bancária que está fechando agências em todo o país com o argumento de que os clientes estão cada vez mais aderindo aos canais digitais, aliada a uma política de redução de custos – manutenção e mão-de-obra.

Os dados apresentados por regiões dos últimos três anos mostram que as regiões Nordeste e, principalmente, o Sudeste passam pelo processo de reestruturação mais acentuado que outras regiões, perdendo participação no total. As regiões Sul e Centro-Oeste aumentaram sua participação com a menor participação das regiões citadas anteriormente. Já a região Norte não teve alterações nos últimos três anos em sua participação (FEBRABAN, 2020, p. 28).

Para além da mídia especializada e da FEBRABAN, nossa pesquisa buscou também identificar as publicações online ligadas aos sindicatos dos trabalhadores bancários. A leitura de sites de sindicatos revelou como consequências do processo de fechamento das agências bancárias a demissão de funcionários, lugares sem prestação de serviços bancários e adesão forçada aos canais digitais.

Os três maiores bancos privados, segundo os dados dos sindicatos, tiveram lucros bastante expressivos entre março de 2020 e fevereiro de 2021, apesar do grave contexto de crise econômica e social. O Itaú obteve lucro de R\$ 6,8 bilhões, 35%, enquanto o Bradesco teve R\$ 6,77 bilhões, 34%, e o Santander obteve lucro inferior, mas ainda sim importante, de R\$ 4,27 bilhões 12% no mesmo período¹⁰. Já no primeiro semestre de 2022, os três bancos

¹⁰ SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE PONTA GROSSA E REGIÃO. Lucro dos bancos cresce à custa do fechamento de agências e demissões. Disponível em: <<https://www.bancariospgr.com.br/noticia/DT7L-lucro-dos-bancos-cresce-a-custa-do-fechamento-de-agencias-e-demissoes>>. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

juntos lucraram, em números absolutos, R\$ 18 bilhões¹¹, isto é, o Bradesco lucrou R\$ 7 bilhões, alta de 13,9% em relação ao mesmo período do ano de 2021, e o Itaú obteve R\$ 7,3 bilhões, alta de 11,8% e Santander obteve lucro de cerca de R\$ 4 bilhões.¹²

Um dos componentes desse lucro é justamente a diminuição dos gastos com a força-de-trabalho, com a demissão de funcionários pelos bancos. No período de 12 meses, entre 2020 e 2021, segundo os sindicatos, os bancos Itaú, Bradesco e Santander demitiram juntos 13 mil funcionários¹³, ou 15 mil postos de trabalho considerando os dois bancos públicos¹⁴. A diminuição no quadro de funcionários dos bancos apresenta outros problemas, a exemplo da sobrecarga de trabalho para os funcionários remanescentes que vão ter que lidar com um número maior de clientes e horas de trabalho estendidas.

Segundo os sindicatos, os usuários também sentem as consequências do fechamento das agências bancárias. Os clientes são enviados para outras agências onde têm de enfrentar filas para ser atendido por um funcionário¹⁵ ou para usar caixa eletrônico¹⁶.

Outro problema está em muitas das agências bancárias fechadas ficarem em pequenos municípios e nas periferias das grandes cidades. Nesses lugares o uso das plataformas digitais (Internet e Mobile Bank) pela população tem problemas tais quais a falta de cobertura de rede móvel, a incompatibilidade dos aplicativos dos bancos em smartphones e o uso do dinheiro como principal forma de pagamento.

Outro problema identificado é que, para ter acesso aos serviços bancários a população tem de se deslocar até outro município ou outras áreas da cidade. No caso do deslocamento de um município para outro, o cliente corre o risco de chegar a sacar parte do dinheiro ou não

¹¹ SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE RONDÔNIA. Grandes bancos fecham mil agências, causam desemprego e filas. Disponível em: <<https://bancariosro.com.br/grandes-bancos-fecham-mil-agencias-causam-desemprego-e-filas/>>. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

¹² BANCÁRIOS RIO. Bradesco e Itaú lucram mais de R\$7 bi com demissões e fechamento de agências. Disponível em: <<https://www.bancariosrio.org.br/index.php/component/k2/item/8326-bradesco-e-ita-lucram-mais-de-r-7-bi-com-demissoes-e-fechamento-de-agencias>>. Acesso em 15 de setembro de 2022.

¹³ Idem 8.

¹⁴ SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE MARINGÁ. Pandemia: bancos fecharam 2.351 agências e demitiram 15,4 mil bancários, números preocupam. Disponível em: <<https://bancarios.org.br/pandemia-bancos-fecharam-2-351-agencias-e-demitiram-15-4-mil-bancarios-numeros-preocupam/>>. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

¹⁵ BANCÁRIOS RIO. Bradesco e Itaú lucram mais de R\$7 bi com demissões e fechamento de agências. Disponível em: <<https://www.bancariosrio.org.br/index.php/component/k2/item/8326-bradesco-e-ita-lucram-mais-de-r-7-bi-com-demissoes-e-fechamento-de-agencias>>. Acesso em 15 de setembro de 2022.

¹⁶ Idem 9.

conseguir sacar pois já não tem mais dinheiro no terminal. Nas áreas periféricas, as famílias pobres não têm computador ou celular em casa e quando tem, falta acesso a internet¹⁷¹⁸.

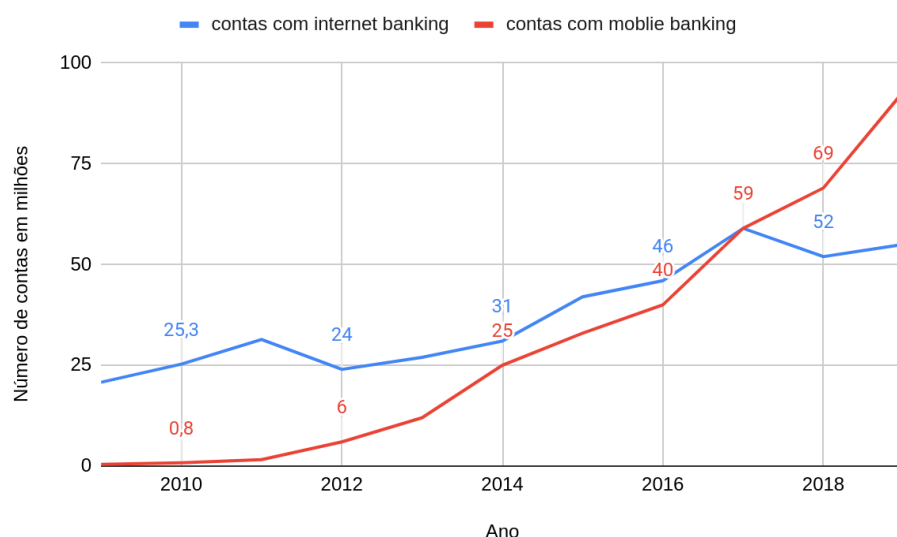
Entretanto, esses lucros com economia de custos, não são repassados aos clientes dos bancos por meio da redução de tarifas. O cliente, em decorrência dos pontos levantados pelos sindicatos, ainda é obrigado a "trabalhar" para o banco nos aplicativos e nos caixas de autoatendimento e realizar transações que antes eram feitas por funcionários do próprio banco.¹⁹

3.2. A evolução recente dos novos canais

Os novos canais de relacionamento oferecidos pelas instituições bancárias têm evoluído no sentido de comodidade, conveniência e segurança, como é o caso dos dois principais canais digitais (Internet e Mobile Banking) que tem se tornado o principal meio pelo qual os clientes se relacionam com seus bancos

No Gráfico 6, podemos ver a evolução do número de contas habilitadas para uso dos canais digitais e o seu comportamento.

Gráfico 6: Número de contas com Internet e Mobile Banking



Fonte: FEBRABAN.

¹⁷ Idem 9.

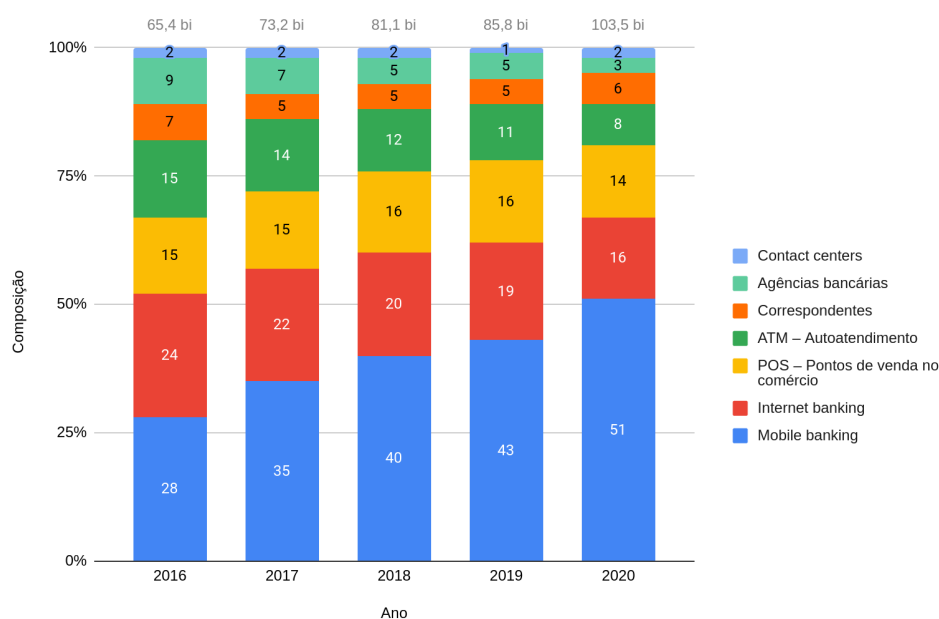
¹⁸ IG ECONOMIA. Pandemia acelera fechamentos e 43% das cidades não têm agência bancária. Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/2021-10-11/pandemia-fechamentos-agencias-bancarias.html>>. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

¹⁹ Idem 13.

Segundo os dados extraídos das publicações da Febraban, em 2010, as contas com mobile banking somavam cerca de 0,8 milhões, enquanto o internet banking já contava com 25,3 milhões de contas ativas no mesmo ano. Nota-se que a partir de 2012 as contas com mobile banking começam a crescer rapidamente, enquanto as contas com internet banking crescem, mas de forma mais estável e lenta. Em 2014, as contas com internet somam 31 milhões, já as mobile são 25 milhões de contas habilitadas. Em 2017, o número de contas habilitadas para os dois canais digitais se iguala em 59 milhões. Nos anos seguintes, as contas com mobile banking continuam a crescer e se tornar o principal canal de relacionamento com os bancos.

Outro dado que demonstra a evolução dos novos canais de relacionamento é a composição das transações.

Gráfico 7: Composição do total das transações bancárias por meio de relacionamento



Fonte: FEBRABAN (2021)

Desde 2016, os canais digitais juntos somam mais da metade do total das transações; também é possível notar que apesar do aumento do número de transações causadas principalmente pelo Mobile Banking, os canais tradicionais como as agências bancárias, por exemplo, vêm perdendo espaço na composição das transações bancárias realizadas pelos

clientes. Em 2016, as agências tinham 9% da composição das transações, passando a 3% em 2020. Nesse mesmo ano, o mobile banking obteve pela primeira vez 51% do total das transações. Apesar de perder participação na composição do total das transações, o internet banking ocupa o segundo lugar na preferência dos clientes.

3.3. As fintechs e os bancos digitais

Conforme também analisado por Santos (1996), na nova forma de organização da economia e da sociedade delineada por Castells (2002), estão intrinsecamente ligadas às finanças e à informação, e ambas despontam como fonte principal do poder dos atores econômicos. No mesmo sentido, as fintechs figuram como principais responsáveis pela introdução das "novíssimas" tecnologias da informação (data analytics, inteligência artificial, machine learning, robótica, internet das coisas, cloud computing, etc.) no sistema financeiro. Por extensão, denota-se que a inovação informacional é a força motriz da nova divisão do trabalho financeiro em construção.

As fintechs representam um novo “modelo de negócios” pautados pela integração dos sistemas financeiros e das tecnologias da informação. Como mostram Pires (2017) e Pessanha (2019), para além da integração, novas firmas não-bancárias tem assimilado cada vez mais novidades como cybermoedas, data-mining, robôs-consultores, uso de redes blockchain (Distributed Ledger Technologies).

Sobre a conceituação das fintechs, “todas as startups voltadas à prestação de serviços financeiros podem ser chamadas de fintechs (VIDEIRA, 2020)” e ainda segundo a AB-Fintechs, “empresas que usam tecnologia de forma intensiva para oferecer produtos na área de serviços financeiros de uma forma inovadora, sempre focada na experiência e necessidade do usuário”. Tais conceituações não contam com a unidade dos pensadores de tal aglomerado de inovações tecnológicas aplicadas ao sistema financeiro.

Sobre a forma de funcionamento das Fintechs também não há consenso entre os estudiosos. Alguns autores sugerem que as fintechs seriam a base para o processo de desintermediação financeira já em curso. Outros, porém, mostram que elas na verdade alimentam um processo de “reintermediação”. Em uma primeira aproximação, as fintechs podem ser consideradas como um novo agente econômico típico do atual período técnico-científico informacional (SANTOS, 1996).

Quanto a difusão das Fintechs, tem-se como base desse processo as novas infraestruturas “fixas” e objetos “móveis” que dão suporte a elas: Infraestruturas de circulação

e armazenamento da informação; e Sistemas de objetos técnicos que servem de interface das empresas com os consumidores e usuários (primeiro os computadores pessoais, depois celulares, e hoje tablets e smartphones). Esse processo ainda sofre um incremento ao passo que banalização das técnicas da informação – e de todos os objetos e sistemas técnicos que melhor a representam, como a internet, os computadores, laptops, smartphones, aplicativos etc– tanto diminui os custos de seu uso, como aumentam a chamada “curva de aprendizagem” da população em relação à sua utilização (CONTEL, 2020).

É nesse contexto, que as Fintechs, pela sua forma eficiente de funcionamento e pelos preços mais baixos praticados, preocupam os grandes atores financeiros tradicionais (os chamados “bancões”), que só não se preocupam mais com a entrada do novo agente no sistema financeiro, pois contam com um maior auxílio do poder público e da regulação do sistema financeiro.

Para os bancos comerciais tradicionais, é quase impossível fazer frente aos preços praticados pelos novos atores econômicos, visto que pesa a inércia de suas imensas infraestruturas, a qual é difícil administrar. Para tentar diminuir os efeitos das Fintechs, os bancos de varejo vêm passando por um processo de “digitalização dos serviços”, “desburocratização dos processos” e de “aprimoramento da experiência do cliente”, na busca por consumidores de produtos e serviços financeiros.

Com relação ao seu enquadramento normativo, a partir da Resolução nº 4.656, de 26 de abril de 2018 (BCB, 2020, p. 1), as Fintechs são classificadas pelo Banco Central do Brasil em empresas de crédito ou de pagamento. E mais recentemente, em 2018, foram criadas duas classificações para esse tipo de firma: as Sociedades de Crédito Direto (SCD) e as Sociedades de Empréstimo entre Pessoas (SEP).

Antes dessa regulamentação, as Fintechs atuavam principalmente como correspondentes bancários, estando atreladas juridicamente a outra instituição financeira regularmente cadastrada no Banco Central. As Fintechs oferecem serviços pela internet e por isso devem observar o disposto no Marco Regulatório da Internet, principalmente quanto ao tráfego, armazenamento e proteção de dados do usuário.

Com respeito a classificação de 2018 e a partir da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, observam-se as seguintes especificidades com relação ao funcionamento das Fintechs: o limite mínimo exigido pelo Banco Central de capital social seria de R\$ 1 milhão; o Banco Central autoriza a participação de fundos de investimento no grupo de controle das firmas; dispensando várias etapas comuns, o processo autorização para funcionamento é feito

com base na “justificativa fundamentada”; as Fintechs são enquadradas, em sua maioria, no segmento S5, o qual conta com regulação mais simples, menos onerosa e com uma metodologia facultativa simplificada para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR). (CONTEL, 2020)

Pode-se dizer que o ano de 2016 foi um divisor de águas para o Brasil, no que diz respeito à quantidade e complexidade da divisão do trabalho trazida pelas Fintechs (Fintechlab, 2017). As características do Brasil e da América Latina, as quais figuram como diferenciais para a atração de tais firmas são as de que existem verdadeiros “ecossistemas” de startups tecnológicas com massa crítica suficiente e já em pleno funcionamento na região; há mão de obra jovem especializada em sistema financeiro e tecnologias digitais; investidores de risco (nacionais e internacionais) que aportam na região; as tecnologias digitais tem uma alcance quase onipresente e de baixo custo, sendo acessíveis a grande parte da população e com intenção, futura, de atingir a públicos marginalizados.

No Brasil e na América Latina, parte da população não tem acesso aos serviços financeiros “tradicionais”. Dessa forma, há um grande mercado em potencial para a entrada das Fintechs oferecendo serviços aos antes excluídos pelo sistema financeiro.

Segundo Banco Internacional de Desenvolvimento - BID (2017), as Fintechs latino-americanas atuam da seguinte forma:

- Plataformas de financiamento alternativo - representam 25,6% do segmento das Fintechs que atuam na América Latina - tais empresas/plataformas atuam prestando empréstimos a outros agentes econômicos, independentemente de uma instituição que avalie e/ou intermedie a transação. Figuras como tipos de plataformas de financiamento alternativo:
 - Empréstimos peer-to-peer para empresas - pessoas oferecem empréstimos on-line para empresas;
 - Empréstimos peer-to-peer a consumidores - pessoas oferecem empréstimos on-line para indivíduos;
 - Financiamento coletivo de doações - plataformas para doadores destinarem financiamento a indivíduos, projetos ou empresas filantrópicas - sem expectativa de retorno;
 - Financiamento coletivo de recompensa - plataformas para investidores destinarem recursos a indivíduos, projetos ou empresas, objetivando retorno não monetário;

- Factorings/empréstimos de faturas - plataformas que indivíduos ou empresas se utilizam para comprar faturas ou contas a pagar de outras empresas, ou ainda, fornecer empréstimos garantidos por papéis. (CONTEL, 2020)

Ainda com relação a atuação das Fintechs, tem-se:

- Soluções de pagamento - tais plataformas oferecem facilidade para realização de pagamentos entre agentes econômicos. Destacam-se as carteiras digitais, os pontos de venda móveis e as plataformas de “pagamentos especiais”. A primeira permite a transmissão, bem como a administração de dinheiro eletrônico. Com relação aos POSs, sua capilaridade vêm sendo incrementada por empresas bancárias e não bancárias. Quanto aos pagamentos especiais, observam-se plataformas para remessas internacionais;
- Gestão de recursos financeiros e patrimoniais - são plataformas para a gestão de recursos de indivíduos ou de empresas (gestão patrimonial). As Fintechs de gestão pessoal apresentam facilidade para administração de poupanças e organização de gastos, bem como para gestão e reestruturação de dívidas. Já as Fintechs de gestão de finanças empresariais, oferecem sistemas digitais para o faturamento eletrônico, plataformas on-line para a administração contábil e cálculo para o pagamento de impostos de todos os tipos, sistemas para a execução de cobranças e “soluções automatizadas para a gestão patrimonial por meio de algoritmos ou inteligência artificial” (BID, 2017, apud CONTEL, 2020)

Na atualidade, tem ganhado destaque outros quatro tipos de Fintechs, sendo:

- Atividades de negociação - essas plataformas atuam na negociação de ativos financeiros e no mercado de capitais;
- Plataformas de tecnologia voltadas para outras empresas financeiras - no nicho da cibersegurança, tais empresas oferecem soluções como autenticação digital, criptografia, acesso e autorização de transações, bem como o serviço de gestão de riscos;
- Plataformas ligadas ao setor de seguros - as insurtechs.

As análises acima propostas tem um olhar amplo sobre as Fintechs no âmbito da América Latina. Contudo, no caso específico do Brasil há outras divisões de atuação de tais empresas/plataformas, segundo Fintechs (2017): pagamentos - 90 empresas (27% do total); gestão financeira - 59 empresas (18%); empréstimos - 58 (17%); investimentos - 29 (9%);

seguros - 27 (8%); funding - 19 (6%); negociação de dívidas - 16 (5%); criptomoedas e DTLs (distributed ledger technology) - 15 (5%); negócios com câmbio/moedas estrangeiras - 9 (3%); empresas “multisserviços” - 10 (3%).

Já segundo a consultoria PwC (2019), os principais ramos de atuação do novo ator financeiro são: meios de pagamento (22%); créditos, financiamentos e negociações de dívidas (21%); bancos digitais (20%); gestão de investimentos (8%); gestão financeira (7%); seguros (4%); outros (28%). O relatório ainda completa que algumas Fintechs de meio de pagamento se tornaram bancos digitais e que de 2018 para 2019 houve uma elevação sensível dessa dinâmica.

Mas o que é um banco digital? Não existem consensos sobre o que seriam estes novos tipos de agentes. Para a Fintechlab (2017), os bancos digitais possuem estas características principais: uso intensivo de informação; prestação de serviços por meio de smartphone através de aplicativos desenvolvidos pelos bancos possibilitando a gestão da conta e dos recursos pelos clientes, são ágeis e flexíveis; as sedes são instaladas em prédios; e possuem duas principais fontes de financiamento: “banco-mãe” – quando a fintech faz parte de um grupo maior – e grandes investidores, os fundos anjos.

Para o Banco Central do Brasil, os bancos digitais são assim definidos principalmente pelo modelo de negócio adotado e possuem características inovadoras como: tem suas ações baseadas na utilização de tecnologias recentes, como plataformas *online*, big data, inteligência artificial, etc. E o contato com seus clientes em canais de relacionamento é feito por sistemas eletrônicos.

Segundo o Banco Central, não existe, atualmente, um conjunto de normas específicas que autorizam o funcionamento de bancos digitais. Devendo seguir as normas em que se enquadram os demais bancos que são autorizados pelo Banco Central do Brasil. O BC considera como uma marca ou nome fantasia o uso da nomenclatura “banco digital” e considera mais como uma medida de grau do menor ou maior uso das seguintes características: abertura de conta simplificada; com ou sem nenhum tipo de cobrança de tarifas na prestação de serviços; canais de relacionamento diferenciados; terceirização dos serviços, infraestruturas compartilhadas e uso de bases de dados em nuvem (CONTEL, 2020).

Apesar de terem características técnicas e de prestação de serviços semelhantes, suas estruturas são completamente distintas. O Banco Original, por exemplo, com sede em São Paulo e 100% digital, pertence ao Grupo JBS, empresa do setor de carnes com mais de R\$ 8,8 bilhões em ativos. Criado em 2017 pelo Bradesco, o Banco Next tem como uma de suas

vantagens a utilização da rede de agências bancárias e postos de atendimento do Bradesco quando necessário. Em 2013, nasceu na cidade de São Paulo o Nubank para a prestação de serviços financeiros como operação de cartões de crédito e gestão de contas digitais. Em 2017, passa a ser considerado como um banco digital e inicia a oferta de contas de pagamento. Já no final de 2018, foi considerado o maior banco digital da América Latina e o maior fora da Ásia (CONTEL, 2020).

Portanto, para se analisar o fenômeno das Fintechs denominadas como bancos digitais precisa-se analisar as suas características técnicas comuns, mas se faz importante também observar sua estrutura de capital, pois esta pode fazer parte de conglomerados econômicos de modo a só consolidar os oligopólios já existentes no cenário nacional.

Considerações finais

A partir de 1994, os novos conteúdos técnicos, organizacionais e normativos incorporados ao território com o Plano Real, PROER, PROES e pelo Sistema de Pagamentos Brasileiro permitiu transformações no sistema bancário e no uso financeiro do território.

Historicamente, as agências bancárias sempre foram o principal canal de comunicação entre os bancos e seus clientes. Porém, através da incorporação constante das inovações tecnológicas que as instituições financeiras vêm adotando, outros canais são introduzidos à topologia bancária, dando maior capilaridade à ação dos bancos. Podemos citar como principais exemplos a Internet e o Mobile Banking, que ganham cada vez mais relevância na relação banco-cliente, além de fazerem as agências bancárias perderem seu protagonismo como pode ser visto na composição de transações por tipo de canal, nos investimentos em tecnologia bancária e, principalmente, na diminuição do número de agências.

A evolução do número de agências no território nacional e, principalmente, na RMSP possui um comportamento bastante semelhante no período de análise. Entre 2000 e 2013, houve expansão no número de agências bancárias, favorecido também pela maior demanda por crédito que ocorreu no período. A Partir de 2014, a crise política e econômica, aliadas ao maior uso dos canais digitais, desencadearam um processo de fechamento das agências bancárias.

Também é possível notar que os principais bancos privados do país são mais eficientes no processo de abertura de agências bancárias quanto ao processo de fechamento das mesmas. Os bancos públicos, por sua vez, são eficientes no processo de abertura, mas pelo caráter público, têm obrigações com a distribuição de benefícios sociais, o que dificulta o encerramento de agências bancárias em locais mais remotos do país.

A pesquisa revela que o fechamento das agências bancárias tem provocado milhares de demissões, que por consequência precariza o atendimento dos clientes que têm de enfrentar horas na fila das agências que não foram fechadas, bem como a sobrecarga de funcionários remanescentes e em alguns casos a terceirização do serviço.

Mas porque as agências bancárias estão sendo fechadas no Brasil e na RMSP? Podemos dizer que a adoção de novas tecnologias, normas e regulações facilitam e permitem que as instituições bancárias substituam, porém, não completamente, antigos fixos por outros mais eficientes gerando ganhos e diminuindo despesas. Dessa forma, o encerramento de agências bancárias impõe o maior uso dos canais eletrônicos pelos clientes, como o Mobile e

Internet Banking, principalmente, em regiões mais desenvolvidas e providas de infraestruturas avançadas como no caso da RMSP. E além disso, o Mobile Banking permite alcançar pontos antes desassistidos e servir a população com serviços financeiros.

Referências bibliográficas

- ACCORSI, André. O banco do futuro: perspectivas e desafios. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 205-216, mar. 2014. Business Department, School of Economics, Business & Accounting USP.
- ALEXANDRE, Michel. LIMA, Gilberto Tadeu. CANUTO, Otaviano. Determinantes das decisões locacionais da atividade financeira. *Nova Economia*, Belo Horizonte, n.16, p.243-263, maio-agosto 2006.
- ALVES, Alda Judith. A “Revisão da Bibliografia” em teses de dissertações: meus tipos inesquecíveis. *Caderno Pesquisa*, n.81, p.53-60, maio 1992.
- ARIENTI, Patrícia F. F.. Reestruturação e consolidação do sistema bancário privado brasileiro. *Ensaio*, Porto Alegre, v. 28, p. 577-600, out. 2007.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticabancariamunicipios>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2021.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- CAMOCARDI, Camila Ziliotto. Dinâmica Estratégica de Agências bancárias em um novo paradigma tecnológico: um estudo do caso brasileiro. Dissertação (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas Escola de Economia de São Paulo. 2013
- CONTEL, Fabio Betioli. Território e finanças. Técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil. 2007. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia FFLCH da Universidade de São Paulo. 2007
- _____. Espaço Geográfico, Sistema Bancário e a Hipercapilaridade do Crédito no Brasil. *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 55, p. 119-134, jan/abr 2009.
- _____. Fintechs e bancos digitais no Brasil. In: GOMES, Maria Terezinha Serafim. *GEOGRAFIA DA INOVAÇÃO: território, redes e finanças*. São Paulo: Consequencia, 2020. p. 469-488.
- _____. As finanças e o espaço geográfico: contribuições centrais da geografia francesa e da geografia brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 59-78, jan/jun. 2016.
- _____. A financeirização recente do território brasileiro: dos bancos comerciais às fintechs. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (org.). *Brasil, presente!* São Paulo: FFLCH/USP XX, 2021.

- CORREA, Roberto Lobato. “Dinâmica do Espaço Financeiro”. In: *O Novo Mapa do Mundo. Globalização e Espaço Latino-Americano*. Org. F. C. Scarlatto M. Santos, M.A.A. de Souza e M. Arroyo. São Paulo, HUCITEC-ANPUR, 1993.
- CROCCO, M. SICSÚ, J. Em busca de uma Teoria de Localização das Agências bancárias. *Revista Economia*. Niterói (RJ), v.4, n.1, p.85-112, jan/jun 2003.
- DINIZ, Clélio Campolina; CAMPOLINA, Bernardo. A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções. *Revista Eure*, Santiago, Chile. p. 27-43, maio 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=1960980214>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2021.
- FEBRABAN. Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária de 2013 a 2021. Disponível em: <<https://febraban.org.br/pagina/3106/48/pt-br/pesquisa>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.
- LENCIONI, Sandra. A METAMORFOSE DE SÃO PAULO: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 120,, p. 133-148, jan/jun, 2011.
- MATIAS, V. R. da S. CARMO, A. M. R. Dinâmica Territorial da Rede de Agências Bancárias da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16590>>. Acesso em 30.11.2020.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *Geographia*. v. 1, n. 1, p. 7-13. 1999.
- _____. Por uma geografia nova. São Paulo: Hucitec. 1978.
- _____. Economia espacial. Críticas e alternativas. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. A Natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. Por uma economia política da cidade: o caso de São paulo. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- SANTOS, M. e Silveira, M. L. O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record. 2001.
- VIDEIRA, Sandra Lúcia. FINTECH: novos atores das finanças contemporâneas - um olhar geográfico. *Entrelugar, Paraná*, v. 11, n. 21, p. 261-284, abr. 2020.
- YOKOMIZO, Cesar Akira. DINIZ, Eduardo Henrique. CHRISTOPOULOS, Tania Pereira. Tecnologias de Informação e Comunicação na Oferta de Serviços Financeiros para a

População de Baixa Renda: Os Correspondentes Bancários do Banco Lemon. Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação. São Paulo, v. 7, n. 3, p. 599-618, 2010.

SÁ-SILVA, J. R., Almeida, C. D., Guindani, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Ano I (I). 2009.